



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

APRESENTAÇÃO

O relatório do MOC, neste ano, abriu-se para uma reflexão mais ampla que aprofunde em que medida a instituição e cada um dos seus programas, efetivamente, estão dirigidos e contribuindo para um processo de convivência com o semiárido.

Os resultados que aparecem não se podem caracterizar de surpreendentes, porque de há muito que a instituição MOC se dedica a atuar na perspectiva de convivência com o semiárido. De fato, porém, muito nos alegamos em poder ver, constatar e verificar que tanto a Instituição MOC, em suas interferências oficiais e em seus posicionamentos e construções, tanto cada um dos programas, absorveu, dedicou-se e atua na perspectiva da convivência com o semiárido.

Como em todos os anos, porém, aqui queremos explicitar em alto e bom som que nada disso seria possível sem os mais variados movimentos, grupos, articulações, entidades e pessoas que no nível da base fazem estas coisas acontecerem.

De igual modo não seria possível se não recebêssemos o apoio técnico e financeiro de governos, empresas, fundações, cooperação internacional.

A todos e todas vocês que vestiram, vestem, gostam da camisa do semiárido e a ele querem bem e dedicam afeto e bem querer, traduzido na luta e nas conquistas do dia a dia e da política, nossas homenagens e nosso profundo agradecimento.

Neste relatório, assim, queremos explicitar mais uma vez nossa fé na viabilidade do semiárido, nossa dedicação a esta causa e que, a cada dia, com a nossa e a luta de muitos e muitas, fica mais perto e mais concreto **O SERTÃO JUSTO.**

Naidison de Quintella Baptista

Secretário Executivo do MOC



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PARTE I

O MOC E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

I – ALGUMAS REFLEXÕES MAIS GERAIS

Inserido no semiárido da Bahia e, em especial, nos territórios do Portal do Sertão, Sisal e Jacuípe, o MOC tem como proposta de ação a construção de um Sertão Justo. Isso significa que em tudo que faz, incentiva, debate, constrói, propõe, questiona, o MOC deve e está voltado para a dimensão de construção da viabilidade do semiárido.

Efetivamente, se os modos humanos de explorar a terra que a tornaram deserta ou árida, pelo desmatamento, pela prática predatória com os rios e a terra; pelas queimadas; pela contaminação dos solos com agrotóxicos, aliados à pouca chuva e ao péssimo sistema de armazenamento da água tornaram o semiárido mais difícil; se a educação está descontextualizada, fazendo com que as crianças concluam que as pessoas inteligentes não permanecem no semiárido e o melhor é se preparar para dele migrar; se a comunicação se centra em projetar imagens e conceitos de inviabilidade, principalmente porque está a serviço daqueles e daquelas que sempre enriqueceram às custas do empobrecimento da maioria esmagadora da população do semiárido; se as mulheres continuam submetidas a um modelo de desenvolvimento que as exclui e não abre espaços para que elas sejam protagonistas de seus destinos e de sua história; se os jovens continuam a não ter espaços e a não poder



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

interferir na construção de sua história, **este nunca foi e não é o semiárido e o mundo em que acreditamos.**

Contudo, não obstante todas as lutas, constatamos que no semiárido estão os menores IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil. Isso porque aqui estão os maiores índices de analfabetismo, a presença aguda de fome, desnutrição.

Estes problemas, no entanto, essa é nossa convicção, não são gerados **pela natureza**, mas pelas políticas que têm sido dirigidas ao semiárido, e que aumentam a concentração de riquezas para uns poucos, mantendo a maioria esmagadora da população à margem do desenvolvimento e com seus direitos desrespeitados.

Via de regra, o semiárido brasileiro, quase sempre, é tratado como **inviável e seu povo como incapaz**. Essa hipotética incapacidade e inviabilidade é apresentada como resultado da seca, da semi-aridez e da natureza, como se a própria natureza houvesse decidido a inviabilidade do semiárido e a incapacidade do seu povo.

Isso será verdade? Será mesmo esta a forma adequada para entender os problemas do semiárido? No nosso modo de entender, as causas e raízes são sócio-políticas e não naturais.

Efetivamente, durante tempo e, em muitos casos, ainda nos dias de hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região foram aquelas denominadas de “combate à seca”.

As políticas de combate à seca são promotoras de grandes obras, normalmente destinadas a assistir aos mais ricos, aliadas a processos assistencialistas, destinados aos mais pobres, como doações, esmolas, distribuição de víveres, carros-pipa e processos semelhantes. Estas políticas não têm interesse de resolver as questões e os problemas. As ações de combate à seca externamente aparecem como “atos de bondade”, mas propositalmente são criadas e mantidas para garantir que o Semiárido e seu povo permaneçam sem vez e sem voz, dependentes. Essas políticas normalmente são ligadas ao voto e mantêm no poder as mesmas pessoas e grupos, através da compra de votos.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Além disso, estas políticas favorecem a concentração da terra nos latifúndios, nos grandes projetos do agronegócio, nas grandes fazendas de gado. (ASA, Ceará, 2006).

Mais ainda, ao lado da concentração de terras atua a concentração das águas. Ao longo dos anos, obras como açudes e poços se espalham pelo semiárido, mas sistematicamente deixando à margem a população esparsa e pobre, sendo sempre construídas nas terras dos grandes fazendeiros.

Construiu-se, assim, a concentração da terra, das águas, do conhecimento e, por conseguinte, a exclusão do povo mais simples e mais pobre.

Contribuem muito, também, para essa situação os processos de educação descontextualizada, através dos quais, de modo sistemático e subliminar, a escola inculcava e inculca nas mentes das crianças a mentalidade de que na roça, na área rural e no semiárido não há possibilidade de vida.

Pelo que se estuda, se debate, se lê e se faz em muitas escolas, conclui-se que quem quer viver bem e dignamente não deveria seguir a trilha e a história dos próprios pais e antepassados e sim, migrar do semiárido. Permanecer no semiárido não seria uma ação inteligente, pois ali não há possibilidade de vida digna (*Baptista, 2005; Moura, 2003; RESAB, 2006*),

Toda essa problemática é perpassada, de modo cruel, por uma marginalização das mulheres e, por conseguinte, pela ausência de um debate de gênero. São as mulheres as que mais sofrem nesse contexto, sendo colocadas diante de uma dupla marginalização: aquela econômica e social por viver no semiárido e aquela de ser mulher.

Contudo, quem vive no semiárido e, quem estuda o seu povo, encontra, ao invés de um povo incapaz, pessoas lutadoras, criativas, fortes, resistentes, esperançosas e solidárias. Prova disso é que, por mais políticas malfazejas que se projete para o semiárido e apesar de tudo que se faz contra ele, o povo continua vivo, de pé, lutando pela vida e por seus direitos.

Ao lado de ser lutador e forte, o povo do semiárido possui uma cultura invejável, que resiste apesar das investidas dos meios de comunicação social e de muitas tentativas de aniquilá-la. O sertanejo se manifesta pelos seus



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

reisados, pelos sambas de roda, pelas suas toadas, pelos seus violeiros repentistas, pela sua poesia de cordel, pelos fundos rotativos solidários de suas comunidades, bancos de sementes, pelos mutirões, pelas batatas de feijão e milho, pelos bois roubados, pelas suas festas como a de S. João, S. Pedro, S. José, pela sua religiosidade (Padre Cícero, Bom Jesus da Lapa) pelas suas músicas específicas, pelas suas comidas típicas, pelas suas bebidas e frutas, pelo seu modo de vida, de luta, de curtição, de viver e de amar.

Assim, não se pode considerar o povo do semiárido como um povo morto e incapaz e sim um povo vivo, lutador, alegre, mas, injustiçado. O MOC se insurge contra esta concepção e contra estas práticas e desde sua criação se dedica a espalhar práticas diferentes no semiárido.

Na história do MOC estão os fundos rotativos quando nem se pensava em crédito para a agricultura familiar; estão em empreendimentos destes mesmos agricultores, quando isso era difícil até de ser pensado; está a assistência técnica centrada nos desejos e nas perspectivas de tornar viável a agricultura familiar; está, há mais de uma década, o trabalho com os jovens, as mulheres, com a educação contextualizada, estão os sindicatos de trabalhadores rurais, a luta por melhores condições de vida para todas as pessoas.

Ultimamente está na história do MOC o ter participado na criação da ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro) a nível do Brasil e da Bahia; ter incentivado e participado de inúmeras lutas pelo semiárido, entre as quais as cisternas de consumo humano e produção, as aguadas, a assistência técnica agroecológica, a educação contextualizada; pela história do MOC perpassam o surgimento de muitos Movimentos de Mulheres Rurais, da Rede de Produtoras, da Arco Sertão, de inúmeras rádios comunitárias, dos coletivos de jovens e dos territórios.

Na história do MOC está o Fórum Baiano de Agricultura Familiar, a Rede ATER Nordeste e muitos outros processos que se voltam para a viabilidade do semiárido, como os processos de erradicação do trabalho infantil com seus inúmeros resultados, assim como ainda hoje o Pacto pela Infância e



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Adolescência no semiárido. Tudo isso tem marca segura e profunda de luta pela vida, pelo semiárido.

Essa a razão de dedicarmos este relatório a esta temática, que será explicitado de modo mais específico a seguir, na leitura de cada um dos nossos programas.

II- A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA LEITURA DE NOSSOS PROGRAMAS

A EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTRIBUINDO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Toda ação do Programa de Educação se pautou em contribuir para uma vida melhor aos povos do semiárido, em especial às crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. As ações do Projeto CAT e do Projeto Baú de Leitura são desenvolvidas de forma contextualizada, de forma que as crianças junto com professores/as conheçam e analisem suas realidades, identifiquem os problemas e junto às comunidades busquem soluções, como por exemplo: maior cuidado com o meio ambiente, não poluindo as aguadas, cuidando da água, evitando queimadas, construindo hortas e pomares escolares com a participação da comunidade, não usando agrotóxicos, valorizando a identidade e a cultura do semiárido. Resumidamente, o que se busca é uma escola que construa conhecimentos com os quais as comunidades possam melhorar suas realidades e sua própria vida.

No Seminário de Avaliação Final os municípios trouxeram para exposição toda a produção a partir dos estudos sócio-ambientais do semiárido e das produções das crianças: sua vegetação, os animais do semiárido, o clima, a cultura e todas as riquezas e possibilidades. As políticas públicas de



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

convivência com o semiárido são conteúdos curriculares das escolas onde atuam o projeto CAT e Baú de Leitura: as cisternas de captação de água da chuva, as cisternas de produção, as políticas de crédito e apoio à agricultura familiar, dentre outros elementos.

O Projeto Baú de Leitura, através da leitura contextualizada busca valorizar a identidade e cultura dos povos do semiárido, estimulando a construção de novos valores, como solidariedade, cooperação, respeito e valorização das pessoas com sua cultura própria.

Em 2010 o MOC participou da **II Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**, realizada em Fortaleza, na qual foi apresentada e debatida a experiência de Educação Contextualizada do MOC bem como a da RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro). Nesta Conferência havia a participação de mais de 100 países, debatendo o futuro das regiões semiáridas no mundo, onde as mudanças climáticas tem provocado a migração de milhares de pessoas. Isto nos leva a acreditar que cada vez mais é necessário se investir em políticas de convivência e alternativas que não prejudiquem o meio ambiente e que melhorem as condições de vida das populações do semiárido.

Dessa forma, a educação do campo contextualizada é um instrumento de uma melhor convivência com o semiárido, construindo com as crianças e suas famílias uma nova cultura de que **não precisa mudar de lugar** para viver melhor, mas é **preciso mudar o lugar onde vivem** e que a escola pode e deve construir conhecimentos para esta mudança rumo a uma vida melhor no semiárido.

RELAÇÕES DE GÊNERO E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

*“Não há desenvolvimento
sem a participação ativa das mulheres.”¹*

Discorrer acerca das relações de gênero e a convivência com o Semiárido implica necessariamente na abordagem de alguns aspectos, dentre eles: a superação de um modelo de desenvolvimento concentrador que não inclui uma expressiva parcela da população e que acentua as relações desiguais estabelecidas entre homens e mulheres na dinâmica dessa convivência. Da forma que historicamente se dinamizaram, ambos os aspectos evidenciam um problema de exclusão social. E, nessa dinâmica, a mulher esteve submetida ao assujeitamento e excluída da visibilidade social – atributo destinado aos homens. Para Leonardo Boff² nestas condições é impossível a reciprocidade, a amorosidade, a solidariedade e a igualdade – tão necessárias à sustentabilidade da vida humana. Frente às condições de submissão e dominação, prevalecem as relações injustas e desumanizadoras para ambas as partes.

Comumente, as desiguais oportunidades (de acesso e permanência à educação formal e informal, à documentação, ao crédito, à assistência técnica, à participação social dentre outros direitos) conferidas a homens e mulheres têm gerado uma injusta distribuição dos bens comuns e das reais possibilidades de participação e intervenção no curso da história. Neste contexto, os prejuízos sempre recaem sobre as mulheres, que sub-representadas se tornam invisíveis enquanto sujeitos do desenvolvimento. O desenvolvimento aqui referido é aquele que visa a qualidade e sustentabilidade da vida humana em todos seus aspectos, e, isso pressupõe convivialidade no e

¹Frase de Amartya Sen – economista indiano – Prêmio Nobel de Economia em 1998. Seus trabalhos teóricos contribuem para uma compreensão dos conceitos sobre miséria, pobreza e bem estar social.

²MURARO, Rose Marie. Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças / Rose Marie Muraro, Leonardo Boff. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

com o local, cordialidade e solidariedade nas relações sociais e valorização das pessoas.

Sendo assim, a convivência com o semiárido pressupõe a implementação de um modelo de desenvolvimento incluyente, que leve em consideração as especificidades da região, que por sua vez é detentora de uma própria e rara beleza, e, de aspectos ambientais peculiares no que tange a temporalidade das chuvas que caem sob seu solo. Esse outro paradigma de desenvolvimento é oriundo das vozes ecoadas de sujeitos que por um bom tempo estiveram silenciadas. Dentre esses sujeitos, estão incluídas as mulheres, que na região semiárida lutam e labutam, insistem e resistem na superação de estereótipos e da discriminação social e cultural a que elas foram e, embora em menor proporção, infelizmente ainda continuam submetidas.

Um projeto de desenvolvimento sustentável na perspectiva da convivência com o semiárido deve construir caminhos para a igualdade entre homens e mulheres, considerando o que menciona a Convenção da Diversidade Biológica³ sobre “o papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica”. Esse projeto não nasce das cabeças iluminadas à distância, mas dos pés, mãos, mentes, coração e sonhos de homens e mulheres das várias idades, raças e etnias que habitam o semiárido.

Conviver com o semiárido, é viver bem nele e com ele. Recorrendo a Roberto Malvezzi⁴ podemos afirmar que um dos “segredos da convivência com o semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuvas”. Percebe-se, portanto, que há uma intrínseca afinidade entre as relações de gênero e a captação de água no semiárido. Mais uma vez recorremos a Malvezzi que canta: “*nesse*

³ Documento aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, realizada no Brasil em junho de 1992.

⁴ MALVEZZI, Roberto. Semi-árido – uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

cenário que contém rara beleza, a lata d'água se equilibra na cabeça, e a menina segue esguia e retilínea, juntando a delicadeza com a força feminina⁵.

Essa força feminina do e no semiárido, sempre esteve a serviço da busca de água para o abastecimento dos lares, muitas vezes andando quilômetros de distância como afirmam as próprias mulheres: *“antigamente eu levantava quatro horas da manhã para pegar água na cabeça, andava dois quilômetros para conseguir apenas um balde e apesar do cansaço, tinha que dá conta de outros afazeres da casa e ainda ajudar na roça”* ⁶. Isso revela como se dava ou se dá a divisão de trabalho entre homens e mulheres e a equivocada compreensão da mulher enquanto ajudante na roça e não como sujeito capaz de produzir e participar com autonomia dos processos sócio-econômicos da família.

O exercício pleno da cidadania sempre foi um desafio para as mulheres. Aos poucos essa história vai mudando e a mulher do semiárido *“vai sonhando apesar das incertezas, que o sofrimento seja coisa do passado”* ⁷. A cena da lata d'água na cabeça, já não é mais a imagem que caracteriza totalmente a região. A união dos esforços dos movimentos de mulheres (mistos ou específicos) somados à vontade política das instituições que integram a Articulação no Semi Árido tem modificado o panorama das imagens que circulava o Brasil e o mundo dando ao semiárido a imagem da seca, da fome e da miséria – esses estereótipos foram atribuídos à região graças ao modelo de desenvolvimento (de combate às secas) implementado pelas grandes oligarquias políticas. Paralela às novas imagens que caracteriza o semiárido, a vida da população que nele habita está sofrendo transformações.

No contexto dessas mudanças, o que vem modificando significativamente a vida das mulheres é o acesso a água através das cisternas de placas construídas ao pé de suas casas para o consumo humano, bem como as cisternas de produção que lhes garante a manutenção dos quintais produtivos e o criatório de pequenos animais. As cisternas retiram das mulheres o peso das latas e dos potes d'água na cabeça. O tempo que as

⁵ Extratos da canção Beleza Iluminada.

⁶ Depoimento extraído dos relatos das mulheres sobre o impacto das cisternas em suas vidas.

⁷ Extratos da canção Beleza Iluminada de Malvezzi.

mulheres utilizavam para buscar água longinquamente, elas utilizam para outras tarefas, conforme seus próprios relatos: *“tenho mais tempo para ver minha mãe e conversar com minhas vizinhas; acompanho com mais frequência a vida escolar dos meus filhos, participando das reuniões da escola; interessei-me em fazer parte da associação, do sindicato e das reuniões do movimento de mulher⁸”*.

A realidade supracitada está acontecendo, porque a perspectiva de convivência que está em implementação hoje no semiárido objetiva a sua sustentabilidade e possibilita à população: *“colher a água, reter a água, guardar a água quando a chuva cai do céu, guardar em casa, também no chão, e ter a água se vier a precisão⁹”*. E, como a precisão sempre vem, é impossível conviver na condição de viver bem no semiárido sem uma política de desenvolvimento que tenha como um dos seus eixos a captação, o armazenamento e gerenciamento da água que cai do céu sob os telhados das casas ou escorridas pelo chão.

Embora já seja sabido vale a pena ressaltar que em qualquer lugar, mas notadamente no semiárido, o impacto das cisternas nas relações de gênero é contundente. Porém, para o bem viver das mulheres e suas famílias na região, faz-se necessário ainda um conjunto de ações que levem em consideração a específica realidade em que elas vivem, suas capacidades e demandas. Dessa forma, o MOC insere na sua plataforma de luta Por um Sertão Justo através do Programa de Gênero, a perspectiva de trabalho com as mulheres, buscando contribuir com o seu empoderamento sócio-político e econômico, de modo que elas tenham igualdade de oportunidades, e, fortalecimento da sua participação nos espaços de decisões e o acesso às políticas públicas.

Os caminhos que percorremos em 2010 procuraram sensibilizar atores / atrizes sociais do desenvolvimento para a elaboração de propostas de políticas públicas com enfoque em gênero; assessorar a elaboração e monitoramento de planos territoriais contemplando a dimensão de gênero incluindo a prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher; a articulação e

⁸ Depoimento extraído dos relatos das mulheres sobre o impacto das cisternas em suas vidas

⁹ Extratos da canção Água da Chuva de Malvezzi.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

mobilização do Fórum Interterritorial de Mulheres da região semi-árida da Bahia e o fortalecimento político e institucional das organizações de mulheres. Consta-se que a auto-organização das mulheres nos MMTR¹⁰, nas secretarias ou coletivos de mulheres, nos grupos de produção e comercialização é o lugar do encontro, da partilha, do fortalecimento e da construção coletiva de caminhos pelos quais as mulheres poderão andar pelo semiárido idealizando, elaborando, propondo e executando um projeto coletivo de convivência sustentável e solidária, onde todas as pessoas são sujeitos de direitos.

Considerando que a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres é um dos predicados para a efetivação de uma nova ordem social e no caso específico do semiárido, essa nova ordem pressupõe um projeto de convivência e sustentabilidade, a Convenção de Combate a Desertificação chama a atenção dos países signatários para a necessidade de *“promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens nos esforços para combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca, recorrendo a apoio das organizações não governamentais”*. Retomando o pensamento do economista Amartya Sen: *“Não há desenvolvimento sem a participação ativa das mulheres”*, por isso é importante a valorização do papel histórico das mulheres na agricultura familiar, na promoção da saúde, na produção e comercialização de alimentos, dentre outras práticas solidárias que visam o desenvolvimento.

Não podemos negar os avanços das mulheres na luta por seus direitos, porém, lembramos que não obstante suas inúmeras conquistas ainda não foi possível democratizar a contento as oportunidades, está longe a equidade de direitos entre homens e mulheres que desejamos construir. Mas como cantam e encantam as mulheres *“entrei na luta, da luta eu não fujo, pelos direitos da luta eu não fujo, pela igualdade da luta eu não fujo”*¹¹. Essa luta é uma luta de todos e todas nós, que na vida escolhemos ser gente e com outras gentes lutar com e pelo povo. E, recorrendo ao pensamento de Frei Betto: *“os lutadores/as*

¹⁰ Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

¹¹ Extratos da canção: Entrei na Luta que embala a luta das mulheres no Semiárido.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

do povo, mesmo na dúvida, estão convictos de que é preciso lutar.”¹² E ainda, que essa luta deve ser regada com “os valores da solidariedade, do compromisso, da coerência, da esperança, da confiança, da alegria, da ternura, da mística em forma de utopia, dos símbolos, da persistência, da humildade e do companheirismo”. Essas coisas, não são coisas do outro mundo, são coisas que dão sentido à vida onde quer que ela seja vivida e por isso ressignificam a vida de homens, mulheres, jovens e crianças que vivem e convivem no e com o semiárido.

AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES CONHECENDO E BUSCANDO ALTERNATIVAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

O Semiárido brasileiro ocupa uma parcela relevante da Região Nordeste do Brasil, onde as adversidades ambientais, políticas e técnicas provocam sérias limitações no processo produtivo das populações, particularmente daqueles que compõem o conjunto de agricultores e agricultoras familiares. Nesse sentido, vários programas voltados para a convivência com o semiárido foram e vêm sendo desenvolvidos na busca de alternativas que melhorem a condição de vida do homem e da mulher do campo e, assim, viabilizem sua permanência no campo, bem como venham a subsidiar a definição de políticas públicas para a região.

Uma característica comum no Semiárido brasileiro foi o processo histórico de implementação de políticas públicas revestidas de características assistencialistas, que nunca tiveram o objetivo de dotar a região de processos de sustentabilidade. Não eram prioridades dessas políticas, por exemplo, a sustentabilidade ambiental da caatinga, a segurança alimentar e nutricional das

¹² Consulta Popular, Caderno nº 9, 2005 – “Valores de uma prática militante” com idéias de Leonardo Boff, Frei Betto e Ademar Bogo.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

famílias rurais, a captação de água da chuva, a assistência técnica permanente, qualificada e direcionada à convivência com o clima.

A cada período de estiagem, milhares de pessoas que vivem no semiárido não conseguem satisfazer suas necessidades de acesso à água e a alimentos básicos. Ao contrário do que se diz comumente, as causas dessa realidade não se deve à limitação do meio ambiente ou das populações locais. São, sobretudo, de natureza política e se expressam na enorme crise socioambiental da região.

Contraopondo-se a esta perspectiva, nos últimos anos, surgiu e tem crescido o processo de convivência com o semiárido.

Objetivando contribuir para melhores condições de vida dos agricultores e das agricultoras familiares e suas organizações dos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, o MOC através do Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar (PFAF) vem aprofundando o conhecimento sobre a realidade local juntamente com os atores sociais, desenvolvendo um processo de formação continuada através de intercâmbios, encontros e seminários para que agricultores e agricultoras familiares possam se apropriar de metodologias e processos que garantam o planejamento e exploração da sua propriedade agrícola com base nos princípios da agroecologia e de convivência com semiárido, bem como contribuir na construção e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

Temos buscado, e isso especialmente em 2010, trabalhar no sentido de continuar contribuindo para transformar a realidade, num processo permanente de construção da história de vida para convivência com o Semiárido, a partir das demandas dos agricultores e agricultoras familiares com implantação de tecnologias sociais apropriadas para a convivência com o semiárido, a exemplo de barreiros, cisternas para produção e aguadas. Gostaríamos aqui de destacar algumas ações que marcaram a ação do MOC neste ano, na perspectiva da convivência com o semiárido. Entramos em uma parceria com o INGA (Instituto de Gestão das águas) do Estado da Bahia, num projeto piloto para construção de aguadas e convivência com o semiárido. No total, foram



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

apoiadas, direta e indiretamente, 3200 famílias em 11 municípios dos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, sendo que aproximadamente 10% destes foram contempladas com alguma tecnologia de captação de água da chuva.

Gradativamente, essa ação vem possibilitando a transformação e a transição agroecológica, garantido às famílias água para dessedentação animal, além de potencializar a produção agroecológica, com qualidade e conseqüentemente melhoria de vida das famílias. O excedente da produção, os agricultores e agricultoras familiares vêm se organizando em cooperativas e associações e em suas organizações regionais como a Arco Sertão, Rede de Produtoras da Bahia e COOAMEL para o acesso aos mercados institucionais na comercialização dos produtos, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) que regulamentou a obrigatoriedade da alimentação escolar possuindo no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar. Estes dois mercados institucionais é que tem favorecido a comercialização dos produtos da agricultura familiar, juntamente com a comercialização nos mercados e feiras locais.

O MOC, igualmente, tem dado ênfase a uma perspectiva diferenciada de ATER para a convivência com o semiárido. Nesta via, os procedimentos metodológicos adotados pelo MOC como o controle social, a participação da rede de jovens multiplicadores, o foco na agroecologia, o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos através do “desenho da propriedade” e da cultura do estoque e os registros periódicos dos marcos “0”, “1”, “2”, etc. serviram de referência para impulsionar outras instituições na região, prestadoras de serviços de ATER. Isso foi particularmente importante para a implementação da nova Lei de ATER para este grupo porque, assim como o MOC, quase todas conseguiram acessar os recursos do governo do estado da Bahia, por intermédio da Superintendência da Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura (SUAF/SEAGRI) e do governo federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assegurando o atendimento a 3200 famílias. A atuação em rede vem



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

permitindo o intercâmbio permanente e a articulação para a continuidade das negociações com os governos no sentido de assegurar a continuidade, sem interrupção, dos serviços de assistência técnica para as famílias.

Sinteticamente: pela nossa ação e aquela de nossos parceiros, o semiárido se torna cada vez melhor e a vida nele mais multiplicada.

COMUNICAÇÃO POR UM SERTÃO JUSTO

Difundir o conceito, as técnicas e experiências de convivência com o semiárido. Esta tem sido a tônica das ações desenvolvidas pelo Programa de Comunicação ao longo dos seus cinco anos de existência. Com atuação junto à imprensa, na formação e assessoria a processos de comunicação comunitária e educomunicação do campo na Região Sisaleira e na construção de novos conceitos de divulgação do semiárido, o Programa de Comunicação é referência em levar a proposta de convivência ao público em geral, tanto através da mídia comercial e outras, nas modalidades de comunicação comunitária e institucional.

De forma concreta, podemos destacar a inserção das ações do MOC e seus parceiros nos meios de comunicação de massa, favorecendo a divulgação de temáticas voltadas para a Convivência com o Semiárido. A forma de abordagem da mídia vai além de noticiar eventos. Percebe-se maior interesse e comprometimento em aprofundar debates sobre economia solidária, agricultura familiar, agroecologia, gênero, juventude, empreendedorismo, educação do campo, acesso à água, criança e adolescente, comunicação, provocando o debate entorno das políticas públicas para estas áreas.

É possível perceber ao longo dos anos, maior apropriação do conceito de convivência com o semiárido, utilizando a terminologia no discurso da mídia,



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

antes caracterizado pelo combate à seca e que reforçava a imagem de um semiárido sem vida. Como resultado desse processo de apropriação, os veículos de comunicação têm utilizado os sujeitos do semiárido como fontes nas matérias, dando visibilidade às experiências existentes nos territórios rurais, valorizando as falas dos homens e mulheres antes vistos como pessoas incapazes de escrever e contar até mesmo suas próprias histórias.

Outro avanço no trabalho de assessoria é a autonomia de alguns grupos junto à imprensa, tornando-se fontes referenciais no debate de determinadas temáticas.

O trabalho de difundir a temática de convivência com o semiárido perpassa por todas as linhas de atuação do programa. No campo da comunicação comunitária as ações são desenvolvidas através da formação de comunicadores que atuam em rádios comunitárias, entendendo que essas emissoras desempenham um papel fundamental na difusão da proposta, devido ao seu poder de mobilização das comunidades, fortalecendo a identidade das pessoas que vivem no semiárido.

Na linha de educomunicação do campo, a formação de educadores e de jovens comunicadores tem proporcionado a crianças e adolescentes produzirem peças de comunicação que valorizam a cultura local e o dia-a-dia do homem e da mulher do campo. Essa produção em sala de aula é resultado de um debate político estabelecido com os educadores na perspectiva de despertar o exercício da cidadania, fortalecendo os direitos das crianças e adolescentes.

Se por um lado, são muitos os avanços, ainda é possível identificar alguns desafios.

No campo da assessoria, a falta de estrutura de alguns jornais e a distância geográfica dos municípios de atuação do MOC e seus parceiros, dificultam maior cobertura jornalística dos fatos e temas ligados ao semiárido. Outro desafio é romper com as barreiras impostas por algumas linhas editoriais, sobretudo, dos veículos de circulação estadual, que nos últimos anos, principalmente em período eleitoral, desconsideram a existência de



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

ações e políticas que contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, reforçando antigas práticas eleitoreiras.

Na comunicação comunitária um dos desafios encontrados é a pouca qualificação de alguns comunicadores e diretores que fazem parte das emissoras e que não percebem que fortalecer o conceito de convivência com o semiárido é também fortalecer e reconhecer o trabalho de mobilização das rádios comunitárias.

Entendendo a educomunicação do campo como uma metodologia que contribui para a disseminação da idéia de convivência, o desafio encontrado é a necessidade de ampliar o trabalho para mais escolas do campo, tornando-a uma política pública de educação.

O PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A palavra convivência significa: ato ou efeito de conviver; convívio diário. Com porte desta informação é que nós, sujeitos de direitos que presenciamos e sentimos as problemáticas diárias do semiárido não devemos perder de vista a luta por políticas públicas que possibilitem a convivência sustentável com nosso semiárido.

Nessa perspectiva vislumbramos a necessidade de outras possibilidades de ver e dizer o semiárido. Possibilidades essas que estão vinculadas a outras formas de enunciados, que vão além da terra rachada, animais mortos e pessoas miseráveis, que compõem o imaginário associado à região. Necessitamos de pensamentos e ações voltados à convivência permanente com o semiárido, tendo como parâmetro o desenvolvimento solidário e sustentável do povo que aqui vive. Até por que está comprovado que as práticas de combate a seca são inadequadas e ineficazes, e não contemplam as necessidades das sertanejas e sertanejos, quanto ao acesso à água e alimentação, direitos estes garantidos por lei.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Esse novo jeito de perceber o Semiárido tem como carro chefe duas questões fundamentais; A educação contextualizada, que tem como princípio metodológico a produção do conhecimento local e trabalha a realidade da região, valorizando o contexto social, econômico, político, ambiental e cultural. E outros processos sociais e políticos que têm na questão da água e na descentralização da terra suas sustentações, mas que vão bem além disso.

Elas captam água da chuva para consumo e produção, estocam ração para alimentar os animais, associadas ao manejo adequado da terra e dos recursos hídricos, desconstruindo o mito de terra improdutivo e inviabilidade. A cisterna é um exemplo disso: uma tecnologia simples, eficiente e barata que além de levar a água às famílias rurais, favorece para a quebra do monopólio da água pelas elites rurais. Essas duas questões são indissociáveis, uma é inerente a outra, uma vez que as duas se propõem a potencializar o empedramento sócio-político e econômico das agricultoras e agricultores familiares, fortalecendo assim a sua auto-estima.

Nessa caminhada, as entidades sociais tornaram-se fundamentais. Aqui, porém, merece destaque a Articulação no Semiárido (ASA) que vem contribuindo para a consolidação desse processo, através das sensibilizações e reflexões sobre cidadania, política pública e convivência com o semiárido. E, mais ainda, desenvolvendo uma série de ações que extrapolam o universo das intervenções emergenciais e assistencialistas, visando a soberania e a segurança alimentar e nutricional no Semiárido.

Nesse contexto, o Programa de Água e Segurança Alimentar - MOC vem dando sua contribuição na construção de uma nova política para o semiárido, na execução do programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido (P1MC), AGUA PARA TODOS, Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), articulando e sensibilizando sujeitos na perspectiva de realizar formação cidadã, promovendo sua emancipação político-social, através do acesso a água de qualidade para consumo e produção, que por sua vez garante a sobrevivência no campo, evita o êxodo rural e melhora consideravelmente a qualidade de vida. O PASA entende que a



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

escassez de água na região é um desafio a ser enfrentado e reais possibilidades para isso existem.

O PASA sabe que o caminho que ele se propôs a percorrer requer muitos momentos de reflexão e, com certeza, não é o mais fácil. Isso, porém, só nos motiva a nos qualificar e empenhar mais quanto à execução das ações, buscando interferir mais efetivamente nas políticas apropriadas para a convivência com o Semiárido, gerando assim mais justiça.

No entanto, ele se coloca justamente na perspectiva de quebrar alguns parâmetros ou referências que sempre fizeram do povo do semiárido um povo marginalizado.

Efetivamente, como refletimos acima, alguns elementos são chave e queremos ressaltar como estratégicos em nossa conduta de convivência com o semiárido:

- a) Milhares de cisternas estão espalhadas pela região, quebrando o monopólio da água, concretizando a maior experiência de partilha de água já existente nos territórios; milhares de pessoas melhoraram suas vidas a partir das cisternas;
- b) Milhares de pessoas passaram pelos nossos cursos de convivência com o semiárido, tratamento da água e das cisternas. São hoje pessoas engajadas em outra concepção de vida e de luta no semiárido;
- c) Centenas de cisternas de produção e outras atividades de captação de água para produção, inclusive apoiando grupos produtivos de mulheres, também se espalham pela região, levando mais vida às pessoas;
- d) Centenas de agentes comunitários de saúde a partir de nossos convênios com a SEDES se sentem mais aptos a orientar as comunidades sobre o trato com as cisternas, convivência com o semiárido, doenças transmissíveis pela “água e outros processos”.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

e) Dezenas de comissões municipais, envolvendo cerca de 07 pessoas em cada uma, debatem e encaminham em seus municípios a

escolha das comunidades e famílias para as cisternas e acompanham todos os processos, assim começam a interferir, com bons resultados, nas políticas públicas de água em seus respectivos municípios.

f) Escolas antes sem água e que, assim, deixavam de funcionar, possuem hoje suas cisternas, garantindo um abastecimento que, por sua vez, sustenta o funcionamento das escolas. São crianças do semiárido com seus direitos respeitados.

Se estas são algumas das ações bem concretas em que nos temos envolvidos, o mais importante é a liberdade que se espalha e desenvolve a partir destas atividades, as mudanças radicais na vida das pessoas, a esperança e a certeza de que dias melhores são possíveis, a partir de processos simples, acessíveis e baratos, mas de qualidade, envolvendo as pessoas, acreditando que elas produzem conhecimento e não apenas o consomem, de que são sujeitos de seus destinos.

Uma palavra e uma reflexão final emergem destas descrições e questionamentos. Não é a natureza a responsável pelo baixo IDH do semiárido, pela fome presente em nossas comunidades; pelo analfabetismo, pela falta de oportunidade de vida que é oferecida ao povo do semiárido. A responsabilidade está nas políticas, nos gestores públicos e também em nós mesmos que não nos mobilizamos para conquistar os direitos que são nossos e, por isso, nos deixamos marginalizar.

Os poucos passos dados pelo MOC no decorrer de sua história na perspectiva da convivência com o semiárido mostram, com evidência e clareza que é possível mudar para melhor.

Daí a grande questão que nos deve acompanhar: Como nos inserir na difusão, ampliação e criação de políticas que ao invés de aprofundar a proposta de “combate à seca” nos conduzam a processos e caminhadas de convivência com o semiárido, em todas as suas dimensões?



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PARTE II

O MOC E SEUS PROGRAMAS

II- RELATO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2010

PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

INTRODUÇÃO

Iniciamos o ano de 2010 com incertezas em relação ao futuro do Programa uma vez que os projetos esperados não foram renovados no tempo que prevíamos. Somente no meado do primeiro semestre e início do segundo recuperamos o fôlego, pois, ambos os convênios foram firmados. Nessa perspectiva continuamos caminhando na direção da construção dos processos que viabilizam a política de convivência com o semiárido no desenvolvimento de tecnologias sociais que objetivam promover a mobilização social e a formação promovendo desta forma a cidadania e, ao mesmo tempo, a quebra do controle dos recursos hídricos por uma minoria que sempre dela se beneficiou. O trabalho desenvolvido é sempre voltado para a idéia de que os direitos não podem ser concedidos, mas sim, conquistados.

Adiante as contribuições do Programa Água e Segurança Alimentar do MOC na garantia do direito e da democratização do acesso a água para o consumo e produção. Destacamos ainda a inserção de mais uma linha de ação considerada estratégica para a sustentabilidade local e para a educação contextualizada, que é o acesso a “água de educar”, ou seja, a cisterna como elemento pedagógico e político nas escolas.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

ÁGUA DE EDUCAR – MAIS QUE UM DESAFIO É UMA CONQUISTA

Essa nova ação surgiu a partir dos debates efervescentes das instituições sociais inseridas na Articulação do Semiárido principalmente por se tratar de um eixo temático estratégico da Educação Contextualizada, pois, a educação do campo com uma metodologia adequada e apropriada também faz parte estruturante da política de convivência para o semiárido.

A cisterna na escola traz consigo uma história de luta política. É importante dizer que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente previsto na lei de nº 8.069 preocupa-se com a proteção integral da criança, afirmando que a criança tem direito de viver a sua infância não como menor, e sim, como retrata o artigo 15. “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” Para a educação acontecer nos moldes que se deseja, faz-se necessário ter os requisitos básicos como: boa infraestrutura, material didático contextualizado, profissionais comprometidos, instrumentos pedagógicos apropriados, água de qualidade para os usos da escola e alimentação escolar.

Esses são alguns elementos que contribuem para que a criança e o adolescente permaneçam na escola e vejam a escola como agente motivador na concretização dos projetos de vida, na luta e conquista dos direitos, e que de fato cada um e cada uma possam fazer a sua história. Envolvidos na dinâmica de suas histórias e tendo como balizador uma educação contextualizada, o nosso anseio é que as crianças e adolescentes produzam conhecimentos em torno de uma concepção de mundo mais ampliada reconhecendo seu papel na sociedade, e adquirindo experiências para interferir nas políticas públicas com criticidade sempre com a idéia voltada para a viabilidade do sertão.

Como projeto piloto o primeiro passo foi o de compartilhar com a Comissão Microrregional e as Comissões Executivas Municipais o desafio de construir cisternas nas escolas respeitando os princípios que regem a ASA. Em



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

seguida, selecionamos os municípios contemplados sendo eles: Araci, Cansanção, Santa Bárbara e Quijingue, utilizando os seguintes critérios: Índice de Aridez, Índice de Desenvolvimento Humano e escassez de água nas escolas. Para a definição das escolas contempladas nos baseamos no levantamento do MEC. O segundo momento foi de estabelecer o diálogo com o poder público, juntamente com as Comissões Municipais com o objetivo de apresentar o projeto, firmar a parceria e o termo de compromissos que garante inclusive a manutenção e limpeza dos telhados das escolas e o abastecimento de água regular das cisternas atentando para os padrões de potabilidade da água. Em relação ao abastecimento é pertinente registrar que a água da chuva é insuficiente para atender as necessidades vitais da instituição de ensino, sendo necessário, assim, um processo outro de reabastecimento.

Após as reuniões com os gestores públicos, representantes da sociedade civil, secretários municipais, partimos para a mobilização das comunidades onde reunimos pais, lideranças comunitárias, crianças e adolescentes para explicitar o projeto e seu significado. Acreditamos que inserindo-os no processo, o controle social será exercido sistematicamente. Em média realizamos junto com a Comissão Municipal **18 reuniões** comunitárias. Em cada comunidade beneficiada com a cisterna na escola foi composta uma espécie de comissão comunitária e, esta, terá um papel fundamental no monitoramento permanente da cisterna sendo uma ponte entre Comissão Municipal, Poder Público e MOC.

O projeto piloto está sendo apoiado pelo Governo Federal via Ministério de Desenvolvimento Social e Instituto Ambiental Brasil Sustentável e também pela Cooperação Espanhola. No campo de abrangência da ASA serão construídas 843 cisternas nas escolas. Para o MOC coube a missão de executar 55 cisternas em 55 escolas públicas municipais da zona rural. Como já mencionado, a cisterna no ambiente escolar deverá ser trabalhada como instrumento político pedagógico de ensino aprendizagem. Por isso, em 2010 nos empenhamos também no processo de formação dos gestores, diretores, coordenadores, pedagógicos e professores. Realizamos **13 cursos** de



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

capacitação em Gestão de Recursos Hídricos onde tratamos de temas como; convivência para o semiárido, gestão da água, cuidado com a cisterna, o papel da escola/responsabilidades, educação contextualizada. Durante as formações contamos com o apoio do Programa de Educação. Para 2011 fica a responsabilidade do MOC acompanhar através das formações realizadas com o público do CAT momentos de planejamento, monitoramento e avaliação de como as cisternas estão sendo trabalhadas nas escolas.

ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Continuamos em 2010 contribuindo para a conquista do direito pelo acesso a água tanto para o consumo humano quanto para produção. No campo da água para beber e cozinhar através da metodologia da Articulação com o Semiárido buscamos garantir a estocagem de água, que é um dos elementos que garantem a sustentabilidade durante o período da seca para uma família de 06 pessoas. Aos poucos, temos visto o cenário do sertão sendo mudado. Hoje, onde passamos vemos um número considerável de comunidades universalizadas com acesso à água para o consumo humano. E, o nosso objetivo é focar para universalizar municípios. Esse ano, a prioridade foi o de universalizar o município de Anguera e com o apoio da Cooperação Espanhola executamos 50 cisternas. Infelizmente, a cota que recebemos foi inferior às demandas das famílias residentes ali.

Com apoio do Governo Federal/MDS atuamos com 680 cisternas via Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e com o apoio do Governo Estadual/SEDES, 1.680 via Projeto Cisternas. No fim do segundo semestre a ASA, reconquistou um antigo parceiro, a Federação Brasileira de Bancos (**FEBRABAN**). O MOC, por se destacar no desempenho de execução física e financeira, assinou o Termo de Parceria para a construção de mais 569 cisternas. No total estamos executando **2.929 cisternas**, cada uma com capacidade de armazenar 16.000 litros de água da chuva, destas, 680 encontram-se concluídas.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Esse ano totalizamos **17.781** cisternas construídas na região de atuação do MOC. É bonito visualizar a paisagem no sertão. Porque o número de cisternas construídas demonstra que uma média de **88.905 pessoas** estão tendo acesso direto à água de qualidade para beber e cozinhar. Juntos, desconstruímos a propagação midiática que retrata o sertão como inviável, um lugar de terra rachada, estimulando a política da “indústria da seca”, da exclusão social, da concentração de riquezas. Com esse número de cisternas estamos reafirmando a concepção do espírito de coletividade, da superação da pobreza e, tudo isso somado a conquista de políticas públicas especiais e adequadas à essa região.

Realizamos também **68 cursos** de capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esse processo educativo é fundamental para que as famílias percebam a dimensão da cisterna, em termos políticos, pedagógicos e de melhoria de vida. Além das discussões políticas, nesses cursos, as famílias também discutem temas como: cuidados com a cisterna, tratamento da água, doenças de veiculação hídrica, convivência com o semiárido, segurança alimentar, saneamento básico

Uma conquista que merece destaque nesse ano foi a inclusão da ampliação dos telhados das casas das famílias que possuem metragem inferior a 40 metros quadrados no convênio firmado com o Governo estadual. A pretensão do Programa Água e Segurança Alimentar é inserir esse tópico nos demais convênios, por isso, sempre pautamos esse debate nos espaços estratégicos de proposições políticas como ENCONASA, CONSEA dentre outros. Desta forma, garantimos que as famílias de baixa renda, inseridas no Programa Bolsa Família de fato tenham acesso à água potável captada pela chuva.

Contudo, o ano não foi somente de conquistas, mas também de dificuldades. O Programa de Água e Segurança Alimentar enfrentou e ainda enfrenta a escassez de mão de obra qualificada devido o aquecimento da construção civil resultando no atraso de cumprimento de metas. Em 2011, faz-se necessário pensar em estratégias para impedir o êxodo desses



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

profissionais, além é claro, de aumentar a remuneração e ampliar o número de capacitações na técnica de construção de cisternas.

ACESSO A ÁGUA PARA PRODUÇÃO

No campo do acesso a água para produção conseguimos garantir na renovação do convênio com Governo Estadual/SEDES o número de **180 cisternas** de produção que atenderão famílias dos seguintes municípios: Araci, Conceição do Coité, Ichu, Barrocas, Serrinha, Queimadas, Quijingue, Santa Luz e Riachão do Jacuípe. Em 2010, iniciamos o processo de mobilização social, cadastramento e seleção das famílias a serem contempladas olhando os critérios de seleção da ASA. No primeiro semestre de 2011, iniciaremos o processo de construção.

Ainda construímos com o apoio do Pão Para o Mundo tecnologias sociais de convivência com o semiárido como a cisterna calçadão e a barragem subterrânea constituindo 04 sítios demonstrativos nos municípios de Quijingue e Conceição do Coité.

Diante desse cenário, construímos com os agricultores e agricultoras familiares o direito de produzir seu próprio alimento permitindo que o excedente seja comercializado gerando renda.

O conhecimento debatido e produzido com os sujeitos de direitos perpassa pela concepção de Segurança Alimentar e Nutricional que incorpora o acesso regular e permanente a alimentação saudável em qualidade e quantidade suficiente e a outros serviços básicos para o bem estar do ser humano. A promoção da garantia da alimentação saudável também envolve questões relacionadas à saúde, o respeito à diversidade cultural, desenvolvimento local sustentável econômico.

Junto às tecnologias sociais de captação da água da chuva para produzir, algumas famílias rurais, se organizaram e criaram grupos de produção inserindo-se no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a exemplo do



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

grupo de mulheres do município de Cansanção e Conceição do Coité. É válido destacar que as verduras e hortaliças oferecidas nos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos são adquiridas também da agricultura familiar. Outros espaços têm sido ocupados para escoamento dos produtos como as feiras livres, as feiras agroecológicas, as feiras da própria agricultura familiar.

A cisterna em si não traz os elementos supracitados, para que as experiências tornem-se exitosas faz-se necessário a assistência técnica sistemática. Para tanto, o PASA, em interface com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar do MOC, planejam a execução dessa linha de ação desde a escolha das comunidades até o acompanhamento após a construção onde os agricultores e agricultoras rurais discutem a utilização do equipamento na perspectiva de planejar a propriedade quanto ao plantio e a gestão do recurso hídrico na produção dos alimentos.

Outra iniciativa que nos ajuda a gerar nas famílias o anseio de querer transformar sua realidade é quando proporcionamos a oportunidade das visitas de intercâmbio em propriedades dos que denominamos **agricultores experimentadores**. Hoje, temos dezenas de unidades demonstrativas, que provam e comprovam a viabilidade do campo com dignidade indo na contra mão do combate a seca. As visitas de intercâmbio visam resgatar a auto-estima, a partilha dos saberes e a produção de novos conhecimentos. As famílias retornam para seus lares com noção exata das possibilidades de renovação e melhoria de vida. A visão de mundo deixa de ser da gratidão, da fatalidade e da neutralidade passando a ser da luta pelos direitos. Os sonhos são sonhados e concretizados à medida que o direito a água é conquistado. Realizamos 04 visitas de intercâmbio cada uma com uma média de 15 lideranças, agricultores e agricultoras rurais perfazendo um total de 80 pessoas conhecendo as técnicas de captação da água de chuva para convivência com o semiárido nos municípios de Cansanção, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Quijingue.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

ACESSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Finda o ano de 2010 e com ele o Planejamento Estratégico de cinco anos do MOC. Uma de nossas metas enquanto PASA é assessorar as Comissões Executivas Municipais na elaboração de projetos e na negociação com o poder público na captação de recurso voltada para alternativas de convivência com o semiárido.

As Comissões Municipais de Água dos três territórios de atuação do MOC Sisal, Jacuípe e Portal do Sertão, tem sua função social e política bem definida dentro do programa. As comissões são formadas por lideranças de entidades da sociedade civil da região, sendo: APAEB's, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Movimento de Mulheres, Coletivo de Jovens, Igrejas Católicas e /ou Evangélicas dentre outras.

Durante o ano realizamos **02 Encontros Microrregionais de Planejamento** com média de 60 participantes com objetivo de pensar o desenvolvimento dos projetos a serem executados estabelecendo metas para cada município. Além de realizar **02 capacitações** com as comissões municipais e locais com um público de 40 lideranças no total.

Na primeira destas capacitações procuramos investir na temática de Segurança Alimentar e Nutricional debatendo os programas governamentais que permitem aos pequenos agricultores e agricultoras o acesso direto às políticas públicas como PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Debruçamo-nos na aprovação da legislação de nº 11.947 vigente no ano de 2009 onde é obrigação do Estado comprar no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar. Na segunda, voltamos nossos olhares para as Relações Sociais de Gênero, voltado para o trabalho produtivo e reprodutivo. Nessa ocasião refletimos com a Comissão Microrregional e a Municipal sobre a representatividade legitimada do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais nos dois espaços e sua importância. A partir daí, constatamos que dos 30 municípios do campo de atuação do PASA/MOC conseguimos sensibilizar 26



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

municípios para a inserção das mulheres nas CEM's. Em 2011, nosso ideal atingir os outros.

Avaliamos que mesmo diante dos impasses mencionados, 2010 foi o ano de estreitamento nas relações entre sociedade civil e poder público local. E parcerias importantes foram firmadas. Em Antônio Cardoso a prefeitura ampliou dez telhados e construiu uma casa para que as famílias pudessem ter acesso à água de qualidade. Em Serrinha, a CEM, vem dialogando com o gestor público e a Secretaria de Agricultura um projeto de alternativas para convivência com o semiárido nas comunidades rurais incluindo construção de cisternas, barragem subterrânea, cisterna calçadão, banco de sementes e assistência técnica. Em Barrocas, a CEM, através do incentivo das próprias famílias que não puderam ser contempladas através do Programa Um Milhão de Cisternas, por não se enquadrarem nos critérios de seleção, conseguiu a inserção e aprovação do orçamento municipal a obtenção de recurso para a construção de 50 cisternas rurais com capacidade de armazenar 10.000 litros de água.

Para intensificar o papel político da Comissão Microrregional e Municipal é imprescindível investir na formação dos técnicos da equipe sobre orçamento participativo, controle social e elaboração de projetos, planejar minuciosamente estratégias para que a assessoria aconteça de forma permanente independente de ter atuação de projetos e, sobretudo, o comprometimento dos integrantes do PASA em visualizar essa meta como estratégica para o MOC. Para interferir nas políticas públicas é necessário que todos os atores estejam efetivamente munidos do conhecimento de como fazê-lo, por isso, a formação continuada é um dos eixos prioritários para 2011 como também a participação da comissão no Conselho de Desenvolvimento do Território do Sisal (CODES) e do Jacuípe tendo como finalidade acessar os recursos públicos.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

IMPACTO DA CISTERNA NAVIDA DAS MULHERES

Historicamente são as mulheres que levantam cedo, saem de suas casas a caminho dos barreiros em busca de água. Considerando a estrutura hierárquica da sociedade patriarcal, as mulheres continuam em situação de desvantagem em relação ao homem, inclusive na divisão do trabalho, onde a responsabilidade de cuidar das tarefas domésticas, em especial da água, ainda pertence às mulheres da família.

A pesquisa sobre o impacto das cisternas na vida das mulheres tem como objetivo avaliar o contexto de vida antes e depois de serem contempladas com as cisternas de consumo, as mudanças ocorridas, novas perspectivas, sobretudo, perceber os limites ainda existentes e as alternativas apontadas para a melhoria da qualidade de vida.

Para tanto, utilizamos a metodologia participativa através da técnica de desenho e da contação da história de vida. Realizamos **08 oficinas** nos municípios de Araci, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Serrinha com uma média de 80 mulheres. A experiência tem trazido riquezas atreladas à mudança de vida pessoal e familiar em relação à organização e fortalecimento comunitário, oportunidade de ingressar e concluir os estudos, valorização da auto-estima, geração de renda, dentre outros fatores que são destacados como elementos fortes. Porém, apesar dos avanços, as mulheres também relatam que a cisterna supre apenas a necessidade do consumo humano. Entretanto, ainda existem fragilidades e dificuldades com a água, porque outras tecnologias precisam ser implementadas a fim de garantir a segurança hídrica das famílias.

Em 2011, nos dedicaremos à fase final da pesquisa de sistematização, elaboração e publicação da cartilha. O intuito é disseminar a experiência, assim como estimular a criação e ampliação de políticas de convivência com o Semiárido com igualdade de oportunidade para homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos o ano de 2010 com esperanças renovadas, pois vibramos com a continuidade do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido (P1MC) através da Articulação com o Semi-Árido (ASA) e a continuidade das ações firmadas ainda em 2010 com o Governo Estadual através do Programa Água Para Todos/Projeto Cisternas. As tecnologias sociais prosseguiram demonstrando que é possível transformar a realidade do sertão, assim, a concepção da Convivência com o Semiárido está sendo difundida, construída e executada através da mobilização e articulação da sociedade civil rompendo a política de combate a seca.

Continua o anseio pela construção de propostas de uma política pública municipal hídrica buscando inserir no orçamento projetos voltados para a captação da água de chuva. Nesse sentido centraremos esforços nas capacitações da equipe técnica do PASA para assessorar as CEM's.

Para 2011 temos previsto a capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde, essa é uma ação estratégica que nos permite o monitoramento contínuo no tocante às orientações no manejo, cuidados e tratamento da água por parte das famílias beneficiadas com a cisterna para o consumo humano promovendo a qualidade da água e minimizando as doenças de veiculação hídrica.

As estradas do sertão vêm desfrutando da terra com produção, da água para sustentar a produção e do alimento para saciar suas necessidades e comercializar. Desfruta da água potável para beber e cozinhar. Tudo isso é possível, graças, a mobilização dos movimentos sociais e, principalmente, porque nos apropriamos da forma adequada de conviver e adaptar-se ao Semiárido. Essa é a nossa pretensão de intensificar a nova realidade de justiça e transformação social que vem sendo delineada a partir da potencialização do desenvolvimento local e regional. A mudança de hábitos, valores, princípios, atitudes e comportamentos são observados com felicidade quando ouvimos depoimentos de nossos sertanejos e sertanejas: “a gente aprendeu com a



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

cisterna que é possível lutar e conquistar um sonho e começar sempre a sonhar novamente outro em prol de melhores condições de nossa comunidade e de nossa família”, esse trecho é de um pequeno relato da agricultora Anelci da comunidade de Cajazeiras, no município de Conceição do Coité.

AÇÕES DO PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

- ✓ 55 cisternas nas escolas conveniadas.
- ✓ 130 educadores, gestores públicos e comunidade escolar discutindo sobre a cisterna como elemento político-pedagógico.
- ✓ 6 reuniões com os gestores públicos, secretários municipais e comissão executiva municipal para apresentar e planejar as ações do Projeto Cisterna nas Escolas.
- ✓ 2.979 cisternas conveniadas em 2010.
- ✓ 88.905 pessoas acessando água de qualidade para o consumo humano.
- ✓ 17.781 cisternas construídas na microrregião de atuação do MOC.
- ✓ 68 cursos de Gerenciamento de recursos Hídricos realizados.
- ✓ 2.040 famílias debatendo sobre a política de convivência com o semiárido, os cuidados com a cisterna e manejo da água.
- ✓ 80 pessoas conhecendo as técnicas de captação da água de chuva para convivência com o semiárido nos municípios de Cansanção, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Quijingue através das visitas de intercâmbio.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

INTRODUÇÃO

O suscinto relatório objetiva descrever as principais estratégias, ações e atividades trabalhadas, assim como os diversos públicos que se tornaram nossos parceiros, em 2010, na perspectiva de democratizar a comunicação e projetar ações que a assumam como um direito inerente à pessoa humana.

Estas ações, dentro da estratégia do MOC, são todas centradas na perspectiva da convivência com o semiárido.

EDUCOMUNICAÇÃO É NOTA 10!

Em 2010, a metodologia de educomunicação “invadiu” novas escolas e, desde então, tem ajudado os educadores/as a descobrirem novas formas de estimular o aprendizado e desenvolver as habilidades dos alunos. Através do projeto Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira a metodologia foi disseminada e atualmente dez escolas do campo estão aplicando a metodologia em sala de aula.

Desde 2006 o Programa de Comunicação acompanhava a aplicação da metodologia junto aos educadores/as dos municípios de Conceição do Coité, Valente e Retirolândia. Em 2010, novos municípios passaram a ser acompanhados. São eles: Araci, Ichu, Nordestina, São Domingos, Serrinha, Queimadas e Quijingue. Nos dez municípios, as ações de educomunicação envolvem diretamente crianças que produzem peças de comunicação pautando a realidade das comunidades rurais e municípios do semiárido.

Nos dez municípios, a sociedade civil organizada selecionou uma comunidade com acesso restrito aos meios de comunicação e com índice alto de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Este município foi escolhido para montagem de uma rádio escolar, protagonizada pelos alunos e



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

que permite aos demais moradores das comunidades acompanharem a programação através de caixas de alto-falante instaladas nos postes de energia. Através destes instrumentos se debate os direitos das crianças e adolescentes, suas violações e os instrumentos de superação deste problema.

Formação de jovens comunicadores - A partir da montagem das rádios foi iniciado um processo de formação com jovens comunicadores – selecionados para apoiarem os educadores no trabalho em sala de aula. No total, 21 jovens participaram de 12 oficinas sobre direitos das crianças e dos adolescentes, comunicação comunitária e educomunicação.

Apoderados da metodologia, os jovens auxiliam os alunos na confecção de peças de comunicação em sala de aula, onde são abordados os direitos das crianças e dos adolescentes, convivência com o semiárido, cultura local e outros temas, pautados pela própria comunidade. Além desse trabalho junto à escola, os jovens atuam como articuladores dos direitos das crianças e dos adolescentes, aproximando as escolas e comunidades dos Conselhos Tutelares e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

O despertar para a comunicação - O trabalho de educomunicação nas escolas do campo despertou um “novo olhar” para a comunicação. Na fala dos educadores eles afirmam que além de conhecer como a mídia funciona, aprenderam que comunicação é um direito de todos e que também podem fazer comunicação. Com a missão de multiplicar o aprendizado com os demais colegas de trabalho, 20 educadores participaram de oficinas sobre educomunicação e produção de fanzines, jornal-mural e programas de rádio. Também foram realizados encontros para a troca de experiências entre educadores e jovens comunicadores.

Em todos os municípios foram realizados “Dia de construção de pauta”, onde a comunidade, reunida no ambiente escolar, teve a oportunidade de debater temas de interesse, posteriormente pautados pelos alunos nas peças de comunicação. No dia 10 de setembro de 2010, os alunos de todas as escolas acompanhadas pelo Programa de Comunicação do MOC promoveram o “Dia da comunicação na escola”, com gincanas, apresentações teatrais,

poesias e paródias que falavam da importância da comunicação no dia-a-dia das comunidades rurais.

O resultado de toda esta ação de educomunicação no ano de 2010 extrapolou o espaço da sala de aula. Pensada para ser um instrumento pedagógico, as rádios-escolares passaram a fazer parte do dia-a-dia das comunidades, dando voz e vez não apenas às crianças, mas também, ao homem e à mulher do campo, que estão descobrindo que democratizar a comunicação vai além de ter acesso aos meios. Democratizar é também ter o direito de produzir. E a educomunicação, para a Região Sisaleira, tem se mostrado capaz não apenas de contribuir com o desempenho escolar ou de despertar habilidades dos alunos. A educomunicação se revela como uma metodologia capaz de mobilizar comunidades.

A equipe tem como desafio para os próximos anos a ampliação da metodologia para outras comunidades e ou municípios. Em alguns municípios onde o projeto Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira está sendo desenvolvido, as Secretarias Municipais de Educação tem demonstrado o interesse em ampliar

o projeto para outras escolas. No entanto, o Programa ainda não tem condições de dar o suporte que se faz necessário para alcançar bons resultados.

Outra dificuldade está na aproximação junto aos gestores públicos e o diálogo sobre a educomunicação como uma política pública.

A EDUCOMUNICAÇÃO EM NÚMEROS:

- ✓ 367 crianças e adolescentes produzindo mídia em sala de aula;
- ✓ 10 escolas do campo com rádio-escolar;
- ✓ 10 jornais –murais produzidos por crianças e adolescentes nas comunidades rurais;
- ✓ 60 programas de rádio apresentados pelos jovens comunicadores abordando temas ligados aos direitos das crianças e adolescentes;
- ✓ 10 jornais impressos (fanzines) produzidos em sala de aula;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

No ano de 2010 o Programa de Comunicação optou por trabalhar junto às Entidades regionais de comunicação, no fortalecimento institucional e na promoção do debate sobre a democratização da comunicação. O território do sisal, conhecido pela sua experiência no debate de políticas públicas de comunicação, percebeu a importância de fortalecer a comunicação institucional para dar maior visibilidade às questões do território.

Através de um processo de sensibilização com os diretores do CODES Sisal, a entidade começa a priorizar a comunicação, destinando recursos para desenvolver um plano de comunicação institucional que contempla a produção de peças que valorizam o potencial do território, disseminando as experiências de convivência com o semiárido, mostrando a “cara” do homem e da mulher do campo. Estas peças estão sendo elaboradas pela Agencia Mandacaru, entidade gerida por jovens e fruto do debate e valorização da comunicação no território.

Em conjunto com a organização da entidade, o Programa de Comunicação Através do Comitê Regional de Democratização da Comunicação incentiva o debate e a proposição de políticas públicas que contemplem as demandas do território. Um parceiro importante neste espaço que reúne educadores, jovens e mulheres trabalhadoras rurais, é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB; Campus XIV), que através do curso de Comunicação Social – conquista do movimento social – está estimulando a aproximação entre a comunidade acadêmica e os comunicadores comunitários, permitindo maior qualificação com a oferta de cursos de extensão e pesquisa sobre as práticas existentes no território.

Mesmo entendendo a importância política do Comitê dentro do território, as entidades que integram este espaço ainda precisam se apropriar do debate e assumir de forma mais autônoma a sua participação, compreendendo a comunicação como um direito humano, a ser defendido não apenas pelas entidades que fazem comunicação, mas por todos os sujeitos e de forma coletiva.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Parceira nesta ação está a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, que em 2010 avançou no campo da captação de recurso através da execução de um projeto com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado, possibilitando mapear as principais manifestações culturais existentes na região.

Ainda no campo da sustentabilidade, a Agência Mandacaru iniciou uma reflexão sobre sua prática, percebendo-se como uma entidade que partilha de princípios da economia solidária. Nesta perspectiva, o desafio encontrado é a estruturação da entidade enquanto uma cooperativa.

Rearticulação da Abraço Sisal – Para a Associação de Rádios e TV Comunitárias do Território do Sisal, o ano de 2010 apresentou muitos desafios. A falta de recursos para viabilizar encontros de formação mais constantes, gerou uma desarticulação no movimento de rádio comunitária, inclusive com o afastamento de membros estratégicos, indicando uma fragilidade do movimento.

Apesar da fragilidade interna, alguns processos tiveram continuidade, como por exemplo, o desenvolvimento do projeto Moringa Cultural que estimula o trabalho em rede na produção de programas de rádio sobre cultura e desenvolvimento local. Além disso a Abraço Sisal participou de espaços estratégicos como a discussão para implantação do Conselho Estadual de Comunicação, resultado da Conferência Estadual de Comunicação.

2011, no entanto, aponta para a necessidade de dar continuidade ao processo de rearticulação da Abraço através da formação de comunicadores e do debate político com diretores, estimulando práticas de gestão que assegure o empoderamento das emissoras filiadas a entidade.

COMUNICANDO UM SERTÃO QUE DÁ CERTO!

Quando criado, em 2005, o Programa de Comunicação estabeleceu como principal desafio dar visibilidade às ações de convivência com o semiárido desenvolvidas pelo MOC e seus parceiros. Cinco anos depois, o programa tornou-se referência nos processos de comunicação dentro e fora da sua área de atuação.

A ideia de luta Por Um Sertão Justo se reflete na elaboração dos produtos de comunicação. O Boletim Informativo MOC, enviado semanalmente por e-mail para **1232** contatos, consolidou-se como uma ferramenta importante para divulgar as ações do MOC e parceiros, dando subsídios para os comunicadores comunitários e a produção de programas de rádio de entidades do movimento social.

NÚMEROS DA ASSESSORIA EM 2010

- ✓ 72 registros das ações do MOC e parceiros na mídia;
- ✓ 30 releases e sugestão de pauta enviadas à imprensa;
- ✓ 41 edições do Boletim Informativo MOC;
- ✓ 15 rádios comunitárias veiculando o boletim de experiências do MOC;
- ✓ 47 notícias publicadas no site institucional;
- ✓ 150.000 acessos ao site;

Outra ferramenta importante é o site institucional (www.moc.org.br) que condensa numa versão on-line e digital além das notícias semanais, as demais produções da entidade, como artigos, relatórios, publicações, reportagens de rádio que abordam temáticas relacionadas à convivência com o semiárido.

A assessoria à imprensa permaneceu com elaboração de releases e sugestões de pauta, que apresentam como fontes para as notícias e reportagens os sujeitos do semiárido, contribuindo com um novo olhar para a região e valorizando a fala destas pessoas, dando a elas espaço para contar suas histórias.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Como resultado em cinco anos de trabalho, foram registrados 636 inserções gratuitas do MOC e seus parceiros na mídia, sendo que 72 em 2010.

Neste campo, o desafio está em buscar elementos inovadores que estimulem ainda mais a cobertura jornalística.

PÚBLICO PRIORITÁRIO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- ✓ 900 crianças e adolescentes envolvidos nos processos de Educomunicação
- ✓ 70 Educadores do Campo trabalhando com a metodologia de Educomunicação em sala de aula
- ✓ 40 conselheiros tutelares e conselheiros municipais de direitos da criança e do adolescente participando de atividades do projeto Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira
- ✓ 40 Comunicadores Comunitários capacitados em Comunicação Comunitária
- ✓ 30 Jovens comunicadores capacitados em Educomunicação e Comunicação Comunitária
- ✓ 20 Representantes da Sociedade Civil debatendo e propondo ações de Democratização da Comunicação
- ✓ 25 Diretores de entidades de Comunicação capacitados em gestão e captação de recursos nas áreas de comunicação e cultura



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação do MOC continuou as ações em 2010, buscando alcançar a meta de seu Planejamento Estratégico de construção de políticas públicas de educação do campo, na perspectiva da convivência com o semiárido.

Com este objetivo, trabalhamos um processo de **formação de diversos públicos envolvidos na construção das políticas públicas: gestores, coordenadores, professoras e professores municipais, representantes da sociedade civil, conselheiros de educação, diretores de escolas do campo,** dentre outros.

As ações do Projeto Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo (CAT), bem como do Projeto Baú de Leitura tiveram continuidade, de forma mais intensificada durante o ano, buscando contribuir com a melhoria de vida das pessoas do semiárido, em especial das crianças, adolescentes e suas famílias visando o desenvolvimento sustentável.

A seguir as principais ações desenvolvidas em 2010.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS:

1. Atividades com Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo

O Projeto CAT, de educação contextualizada do campo, em 2010 vivenciou mais um ano de aprendizagens, conquistas e desafios. Aprendizagens nas formações continuada, na troca de experiências entre os municípios, na interação das escolas com as famílias e comunidades, no



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

exercício da metodologia contextualizada, na vivência da educação do campo na perspectiva da convivência com o semiárido, nas práticas agroecológicas. Houve conquistas e desafios.

O CAT ampliou sua atuação de 20 municípios para **22 municípios**, agregando os municípios de São Domingos e Serrinha. Em 2010 foram atingidos diretamente pelo Projeto **63 coordenadores pedagógicos** e indiretamente **1.311 professores/as e 29.274 crianças**, no total de **509 escolas e 546 comunidades envolvidas**. Assim, todo este público vivenciou a proposta pedagógica: Conhecer, Analisar e Transformar, destacando como eixo principal para o trabalho pedagógico em 2010 “**O semiárido e a realidade socioambiental**”.

1.1. O Processo de Formação

O CAT desenvolveu esse ano várias atividades como: Encontros intermunicipais com coordenadores/as, Oficinas pedagógicas, Encontros de planejamento com construção da Ficha Pedagógica, Dias de Estudos, Visitas, Devoluções.

A formação com coordenadores/as aconteceu na perspectiva de convivência com o semiárido. Nos encontros com coordenadores/as houve momentos para avaliação, socialização de experiências, planejamento, encaminhamentos. Como

também, momentos para aprofundar e ampliar a formação, onde refletiu-se sobre as seguintes questões: o Semiárido e a realidade socioambiental; Planejamento do trabalho pedagógico; Letramento, Escola e Transformação Sócio-Cultural; Avaliação; Arte e Educação; Estudo sobre a metodologia do CAT; Teatro; Jogos e Brincadeiras; Danças e músicas africanas; Construção de brinquedos. Foram

RESULTADOS IDENTIFICADOS NO CAT EM 2010:

- ✓ 713 Escolas realizaram Devoluções.
- ✓ 10.181 Famílias participaram das Devoluções.
- ✓ 11.380 Famílias participaram da pesquisa do CAT.
- ✓ 168 Escolas construíram Projetos Políticos Pedagógicos incluindo o Projeto CAT.
- ✓ 140 Escolas construíram hortas.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

03 encontros de Coordenadores Municipais e 01 Encontro de Avaliação Anual.

Com intuito de ampliar o processo de formação, este ano aconteceram **05 Encontros de Avaliação e Planejamento com elaboração de Ficha pedagógica**, sendo que os 22 municípios foram divididos em 02 grupos. O tema escolhido este ano para subsidiar o trabalho nas escolas durante todo o ano foi “*O semiárido e a realidade socioambiental*”. A partir desse eixo articulador foram definidos os eixos temáticos: Aluno, família, escola e comunidade; Convivência Sustentável no Semiárido, a diversidade econômica e cultural local; Plantio; Manifestações Culturais; Esporte e Lazer; Diversidade socioambiental local e regional: Caatinga, colheita, armazenamento; Saúde (alimentação x qualidade de vida analisando a colheita); Cidadania x política (eleições); Tecnologias no campo e sua influência socioambiental.

Para ampliar a formação com os educadores, foram realizadas pelos coordenadores algumas **atividades nos municípios**: os dias de estudo de ficha pedagógica; oficinas de construção de hortas escolares com a participação das famílias; estudos sobre a convivência com o semiárido; oficina sobre Letramento; oficina sobre Cidadania e eleições; oficinas de contação de histórias; oficina de alfabetização e letramento; metodologia do CAT; agricultura familiar e segurança alimentar; estudos sobre Projeto Político Pedagógico (PPP).

Outras atividades se destacam, na ação dos educadores na escola, acontecendo mais diretamente com os alunos e participação das famílias, podendo ser assim destacadas: caminhadas ecológicas; feiras de agricultura familiar nas comunidades; plantio de mudas de árvores frutíferas nas escolas; construção de viveiros de mudas e plantio na comunidade; visitas em áreas preservadas da caatinga; Programa de rádio; palestras sobre o meio ambiente em parceria com Secretaria de agricultura; pesquisa e construção de livros sobre a história da comunidade; Dia de saúde na escola; Dia da família na escola.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Um dos **pontos positivos** na formação continuada este ano foi a integração entre CAT e Baú, com alguns estudos conjuntos. Essa integração já se reflete no cotidiano do trabalho pedagógico dos municípios, principalmente na perspectiva de atividades integradas.

Outro elemento que merece destaque foi a maior aceitação dos professores em trabalhar com a metodologia contextualizada do campo, a diminuição na rotatividade de professores.

Entretanto, existem alguns desafios a ser superados, tais como: os coordenadores não conseguem multiplicar a formação para todos os professores nos municípios; ainda há mudanças de professores; nem todos os coordenadores e professores se apropriaram da metodologia; diminuição do número de escolas, com o processo de nucleação; superposição de Projetos nas escolas (Escola ativa, Despertar, Hortas nas Escolas, etc); falta de um currículo contextualizado nas escolas; necessidade de um currículo de formação; falta material didático para o trabalho com a educação contextualizada; falta maior acompanhamento dos professores no processo de formação. Esses ou alguns desses serão nossos desafios.

1.2. Resultados na Aprendizagem das crianças

O projeto CAT tem trazido mudanças significativas para o desenvolvimento das crianças através de uma prática contextualizada que estimula o senso crítico e criativo, tendo a pesquisa como princípio educativo, propiciando o diálogo e a valorização dos saberes que os educandos trazem e ressignificando-os na construção de novos conhecimentos. Além disso, a metodologia do CAT estimula a iniciativa e a autoestima dos educandos.

Este ano, com a vivência da Ficha Pedagógica as crianças construíram aprendizagens significativas sobre a Convivência com o semiárido, sendo assim destacadas pelos professores:

- Os/as educandos/as aprenderam a conhecer a realidade socioambiental do semiárido;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Valorizar o meio ambiente; preservação das áreas de caatinga que ainda existem;
- Valorizar sua história e da comunidade;
- Construir hortas para o consumo da escola e das famílias;
- Buscar alternativas sustentáveis para cultivar a terra;
- A preservação da fauna e da flora do semiárido;
- Maior consciência com a sustentabilidade do campo e do semiárido;
- Maior participação e contribuição dos alunos nas aulas e envolvimento nas pesquisas de campo;
- Desenvolvimento da oralidade e compreensão do exercício da cidadania;
- Aprendizado da importância dos produtos da agricultura familiar;
- Ampliação do debate sobre as questões de gênero, diversidade e sexualidade;
- Valorização do trabalho do campo.

Entretanto, as crianças ainda precisam avançar no desenvolvimento da leitura e escrita, pois este ano foi constatado pelos próprios professores que apenas 10.238 crianças entre o 1º ao 5º ano conseguem ler e escrever frases ou textos.

1.3. Resultado nas famílias e comunidades

Todo conhecimento produzido pelas crianças durante o ano de 2010, foi partilhado com as comunidades nas Devoluções. Esse momento é chave na metodologia do CAT, pois as famílias podem conhecer os resultados dos trabalhos de seus filhos sobre a Convivência com o semiárido e traçar encaminhamentos úteis para melhoria de vida das famílias e comunidade, chegando assim ao Transformar da realidade. Esse ano **identificou-se alguns resultados concretizados a partir dos encaminhamentos tirados nas devoluções**, como:



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Reunião com associações para rever distribuição de sementes;
- Coleta de lixo na comunidade;
- Palestras na comunidade em parceria com a vigilância sanitária sobre os cuidados com o lixo;
- Realização de seminários e palestra sobre conservação de sementes com a comunidade.
- Melhoria da infraestrutura de algumas escolas;
- Construção de muro na escola;
- Cobertura do pátio escolar, de quadras esportivas;
- Reforma de cozinha;
- Apoio financeiro para realização de esporte e lazer na Escola;
- Construção e ampliação da horta comunitária e hortas nas escolas;
- Construção de cisterna nas escolas;
- Mutirões para retirada de lixo;
- Armazenamento de sementes pelas famílias;

Vale destacar também, as mudanças ou impactos identificados na comunidade e nas pessoas, a partir dos temas trabalhados e das devoluções, como:

- Valorização dos produtos produzidos pelas famílias e mudanças nos hábitos alimentares;
- A partir do trabalho com o tema Água houve uma sensibilização das famílias, as quais perceberam diminuição do valor das contas de água;
- A inserção dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar;
- O resgate das manifestações culturais nas escolas;
- Ampliação das discussões de gênero, diversidade e cidadania nas escolas;
- Redução de queimadas e derrubada de árvores;
- A partir do trabalho com as hortas nas escolas, algumas famílias começaram a cultivar hortas em suas propriedades;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Diminuição dos lixões nas ruas e nas aguadas.

Em 2010 foram realizadas 713 devoluções, nas quais participaram 9.845 famílias.

No entanto, nem todas as escolas realizaram devoluções. Assim, fica como desafio a realização de devoluções por todas as escolas e a busca pela concretização dos encaminhamentos tirados pelas famílias junto à comunidade escolar.

1.4. Contribuição para elaboração das políticas públicas

O debate e aprofundamento sobre a consolidação da política pública de educação do campo foi um dos aspectos mais debatidos este ano, pela necessidade que se faz de implementar a proposta do CAT enquanto uma política municipal. Para tanto é preciso pensar o Projeto CAT na totalidade da política dos municípios, incluindo a proposta no Plano Municipal de Educação, no eixo de Educação do campo e garantido verbas no orçamento municipal.

Nota-se um avanço dos municípios, na medida em que constatamos que 12 municípios inseriram o Projeto CAT no eixo de educação do campo do Plano Municipal de Educação, 168 escolas tem PPP incluindo o Projeto CAT, 10 municípios tem Sistema Municipal de Ensino. Como também, destaca-se a discussão sobre Educação do Campo nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, encaminhando propostas para a construção das Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo no Estado. No entanto, apenas 03 municípios tem orçamento específico para educação do campo, não garantindo assim a implementação da proposta do CAT enquanto uma política pública.

A seguir um resumo das principais atividades do CAT em 2010:

Municípios	Nº de devoluções realizadas	Nº de famílias/ pessoas que participaram das devoluções	Nº de famílias entrevistadas no CONHECER	Nº de PPP nas Escolas	Nº de hortas nas escolas	Nº de cisternas nas escolas
Araci	2	160	160	1	1	52
Baixa. Grande	8	300	850	2	5	10
Barrocas	7	80	304	5	4	6
Cansanção	25	96	140	3	20	29
Capim Grosso	1	50	60	0	1	2
Conc. do Coité	159	841	434	54	15	52
Ichu	8	0	180	5	5	6
Itiúba	5	427	427	0	1	7
Lamarão	25	351	298	0	2	13
Mairi	18	138	143	0	2	19
Monte Santo	278	6116	6311	12	32	14
Nordestina	39	368	430	0	6	19
Nova Fátima	0	0	0	0	0	7
Pintadas	2	64	171	4	1	8
Queimadas	0	0	0	0	3	38
Quijingue	56	543	838	56	16	38
Retirolândia	13	0	0	2	0	13
R. do Jacuípe	20	140	289	4	3	23
Santa Luz	10	0	0	0	4	15
São Domingos	6	110	160	2	1	4
Serrinha	16	97	163	6	3	10
Valente	15	300	322	15	15	15
TOTAL (média)	713	10.181	11580	168	140	400

Resultados ou indicadores da aprendizagem dos/as alunos/as (fruto do ANALISAR):

a) Em relação aos alunos de Pré ao 2º ano:

Municípios	Reconhecem as letras?	Lêem e escrevem palavras e frases?	Lêem texto entendendo as idéias?	Criam desenhos e frases significativas?	Tem noções de quantidade e de formas geométricas?	Resolvem problemas simples com operações matemáticas.	Identificam o semiárido e a caatinga como seu espaço de vida.
C. do Coité	495	357	140	284	512	275	418
Lamarão	218	165	109	152	164	146	130
Mairi	54	46	36	40	43	34	47
Monte Santo	2812	1751	922	756	1896	1808	2865
Pintadas	82	42	37	54	72	56	66
Quijingue	1011	569	395	610	682	570	831
Retirolândia	0	0	0	0	0	0	0
Riachão do Jacuípe	52	108	98	109	97	95	130
São Domingos	56	40	29	36	59	38	30
Serrinha	59	35	38	42	48	37	11
Valente	98	63	46	69	87	64	94
TOTAL	5045	3284	1850	2152	3660	3123	4622

b) Em relação aos alunos do 3º ao 5º ano:

Municípios	Lêem e escrevem textos?	Interpretam fatos da realidade e textos, comentando-os com os colegas da classe?	Dominam as 4 operações matemáticas, resolvendo problemas e identificando os resultados ou respostas?	Tem senso crítico e criativo diante da classe e da sua realidade?	Dominam algum conhecimento sobre o semiárido e a sua realidade socioambiental?
C.,Grosso	280	280	270	260	260
C. do Coité	422	822	329	350	387
Lamarão	210	218	193	172	170
Mairi	102	97	71	57	82
Monte Santo	4002	3996	4014	3699	3156
Pintadas	59	48	41	43	49
Quijingue	1406	1379	1044	931	1405
Riachão do Jacuípe	234	243	236	235	241
Santa Luz	0	0	0	0	0
São Domingos	80	64	51	51	70
Serrinha	44	38	37	44	59
Valente	115	98	91	96	114
TOTAL	6954	7283	6377	5938	5993

A partir destas vivências do conhecer e analisar, as crianças construíram novos conhecimentos, socializaram com a comunidade nas devoluções e buscaram juntos às famílias e comunidade transformar a realidade.

2. Atividades com o Projeto Baú de Leitura

O Projeto Baú de Leitura vem contribuindo para o surgimento de uma nova cultura de leitura nas escolas do campo do semiárido, onde a arte, a criatividade, a criticidade e a autonomia fazem parte da aprendizagem de crianças e adolescentes do semiárido.

Os educadores e educadoras, a partir do encanto e do prazer de ler, refletem com os educandos sobre a valorização da identidade e da cultura dos povos do semiárido, a conservação e preservação do meio ambiente, além de fortalecer o exercício da cidadania. O projeto contribui também para o



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

desenvolvimento de habilidades e competências leitoras nas crianças e adolescentes, através da literatura e da arte, pois iniciam um processo de leitura significativa, de encontro e reflexão.

Em 2010, o projeto foi ampliado para 51 novos municípios, a partir de um Convênio Celebrado entre MOC e a Secretaria de Educação do Estado (SEC). O projeto está sendo desenvolvido por **796 educadores** em **157 nas Jornadas Ampliadas do PETI** e **234 escolas regulares nos municípios onde o MOC já acompanhava**, envolvendo **22.554 crianças** em processos de leitura e de arte educação. E passou a desenvolver-se em mais 525 salas de aulas envolvendo, 525 novos educadores e envolvendo mais cerca de 10 mil crianças. Dessa forma, o Baú de Leitura agora envolve mais de **1.300 educadores e 32 mil crianças e adolescentes, em mais de 916 salas de aulas**. Assim, o projeto se consolida como uma proposta de leitura da escola do campo contribuindo para uma aprendizagem diferenciada das crianças e adolescentes do semiárido, no processo de formação de educadores leitores e na elaboração de políticas públicas de leitura.

2.1. A Aprendizagem das crianças e adolescentes

Nas escolas e salas de aula onde os educadores desenvolvem a metodologia do projeto, estes sinalizam uma melhor aprendizagem das crianças e adolescentes em relação à educação contextualizada e a leitura de mundo. O projeto articulado a outras ações de educação contextualizada vem contribuindo para elevar indicadores oficiais da educação. Nos municípios envolvidos houve uma elevação média de **6,15% na taxa de aprovação** e de **0,94 pontos no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação**.

Educadores e educando vem inovando e abrindo **espaços interessantes de leitura na escola e na comunidade**. Essas ações fortalecem e ampliam o trabalho iniciado em sala de aula, dinamizando as práticas educativas e envolvendo outros sujeitos no processo educativo. A Biblioteca Ambulante em Araci, a Gincana de Leitura e os Saraus em Santa

Luz, os Concursos Literários de Valente, os Piqueniques de Leitura e o dia da Leitura na Praça em Ichu, a Feira Literária em Lamarão, as rodas de leitura, as Sacolas de Leitura de Barrocas, as salas de leitura em Riachão do Jacuípe e outras experiências tem contribuído para consolidar essa metodologia participativa e a cultura e o prazer de ler na vida das crianças e adolescentes.

O **Baú de Leitura da Educação Especial** desenvolvido em parceria com o Centro Nova Esperança no município de Ichu vem sinalizando que a metodologia do projeto é estimuladora de processos de aprendizagem. A literatura trabalhada com crianças e adolescentes especiais tem um impacto significativo na sua autoestima, na sua desinibição, no seu potencial e habilidades artísticas.

2.2. A Formação continuada dos educadores e educadoras

O processo de formação continuada do Projeto Baú de Leitura acontece numa dinâmica de multiplicação de saberes. O grupo de coordenadores/as municipais do projeto participa de um primeiro momento de **formação e troca de experiências** onde se planeja a ação a ser desenvolvida com os educadores/as no município. Assim, foram realizados 05 encontros com os municípios mais antigos no projeto, com a participação de **35** coordenadores municipais e **03 encontros** de coordenadores municipais com os novos municípios inseridos em 2010. Neste processo, mediado pela equipe do MOC, refletimos, aprofundamos debates e planejamos ações sobre avaliação da aprendizagem em processos de educação contextualizada, desenvolvimento da leitura e escrita das crianças e adolescentes, planejamento para desenvolver a metodologia do projeto, arte e técnicas do teatro e contação de histórias, gênero e sexualidade, construção de brinquedos e musicalidade e danças africanas.

Essas formações deram subsídios para que coordenadores/as mediassem os processos de formação com os educadores nos municípios realizando os Núcleos de Leitura. Essas coordenações realizaram uma média



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

de **06 Núcleos de Leitura envolvendo professores, educadores sociais do PETI e diretores escolares** de seus municípios. Para além dessas ações, alguns destaques: Nova Fátima e Morro do Chapéu realizaram Núcleos de Leitura com as famílias, Capela de Alto Alegre realizou a Caravana de Oficinas de Arte, Quijingue e Araci realizaram o Intercâmbio de Experiências entre educadores dos dois municípios.

Para fortalecer esse processo e ampliar a proposta do projeto nos municípios, a equipe de educação do MOC realizou dois momentos de encontro como os educadores do projeto: um encontro de formação inicial com educadores novos, e outro, encontros para estudos e aprofundamento com educadores que desenvolvem o projeto. Neste ano a formação continuada possibilitou a inserção de **278** novos professores nos municípios onde o MOC já acompanhava e o trabalho com mais **525 novos**, nos municípios onde foi implantado o projeto, que passaram a desenvolver o projeto nas escolas, sendo que **43 professores da educação infantil** estão experimentando e desenvolvendo a metodologia do projeto com crianças de 3 a 5 anos em Barrocas e Valente. E os municípios de Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité estão iniciando essa proposta. Foram realizados **19 encontros intermunicipais** de estudos para aprofundamento da metodologia envolvendo **518 educadores do projeto**, diretores escolares e coordenadores pedagógicos.

Também foram realizados encontros de avaliação da prática e aprofundamento da metodologia de leitura com professores/as do Projeto CAT que trabalham com o Baú. Foram realizados 07 encontros e no início de 2011 terá continuidade. Estes encontros fazem parte do convênio entre MOC e Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Entretanto alguns educadores/as ainda apresentam limitações na compreensão da concepção de leitura prazerosa e contextualizada, bem de como trabalhar a metodologia com os educandos/as, sendo necessário estudar, exercitar, planejar e debater formas leves e mais prazerosas de se trabalhar a compreensão da metodologia e do trabalho com o projeto,



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

estimulando o lado experimentador dos educadores e educadoras. Por outro lado, o acompanhamento da coordenação precisa estar mais próximo da educadora e do educador dando o suporte pedagógico e material necessário para desenvolvimento do projeto.

2.3. A contribuição para elaboração de políticas públicas de leitura

Estruturar políticas públicas de incentivo a leitura nos municípios ainda é um grande desafio do projeto. Aos poucos as gestões públicas, seja do município ou das escolas, vão dando passos que sinalizam a elaboração e implementação de políticas de leitura, que envolvam a estruturação de uma equipe de coordenação pedagógica articulada, elaboração de um projeto político pedagógico para os municípios e escolas que contemplem ações de incentivo a leitura literária, a arte e a cultura, definição de orçamento público para desenvolvimento das ações e a formação continuada, acompanhamento e valorização dos educadores.

Como resultados dos processos de formação, o Projeto Baú de Leitura está inserido nos **Planos Municipais de 12 municípios**. Isso, porém não garante a execução do projeto, sua qualificação e ampliação a todas as crianças e adolescentes dos municípios.

Nas escolas e jornadas ampliadas os coordenadores e professores participam da Elaboração do PPP articulando as ações de leitura, arte e cultura às outras ações e projetos desenvolvidos nas escolas. Este ano foram elaborados **31 Projetos Políticos Pedagógicos** que contemplam o projeto Baú de Leitura.

As coordenações do projeto integram as equipes pedagógicas das Secretarias Municipais de Educação. Os coordenadores mais apropriados da metodologia assumem os processos pedagógicos e estabelecem currículo e calendário municipal de formação continuada. Para além dessas ações, os coordenadores têm assumido um outro importante papel, **buscam parcerias e recursos** para dar sustentação ao processo desenvolvido em seus municípios. Os municípios de Araci, Barrocas, Conceição do Coité, Monte Santo, Morro do



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Chapéu iniciaram um processo de **ampliação do projeto** a partir do acervo disponibilizado pelo MEC/FNDE, e os municípios de Valente e Riachão do Jacuípe acessaram recursos estaduais e federais (Secretaria Estadual de Cultura e MEC/FNDE) para ampliar acervo literário do projeto e garantir a formação continuada nos municípios.

Os municípios que desenvolvem o projeto Baú de Leitura percorrem caminhos diferentes. Alguns com iniciativa e autonomia vem consolidando a experiência do projeto e estruturando políticas de leitura. Entretanto, outros, não sinalizam a construção de políticas, os Baús de Leitura ficam fechados e sem uso, não existe disponibilidade de orçamento para desenvolvimento das ações do projeto, as coordenações estão fragilizadas e não acompanham os educadores.

Nos 51 municípios que implantamos o Projeto Baú de Leitura em 2010, iniciamos os processos fazendo uma sensibilização dos gestores públicos, para pensar na proposta enquanto uma política pública. Desta forma, através do Convênio entre o MOC e a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, cada município recebia 05 Baús, com o compromisso de adquirir mais 05 e assim fortalecer as políticas públicas de incentivo à leitura.

É necessário um maior compromisso político dos sujeitos envolvidos para que as políticas de leitura sejam implementadas com qualidade e com suporte necessário. Isso envolve interferir nos planos de educação garantir orçamento, garantir formação continuada e acompanhamento dos professores e criar instrumentos de avaliação dos processos de educação e aprendizagem.

3. Formação de Conselheiros Municipais de Educação

Os Conselheiros e Conselheiras Municipais de Educação têm um papel importante na construção da política pública. A formação deste ano foi continuidade às ações iniciadas desde 2008. Avaliando o processo de estruturação dos conselhos e as suas ações. Neste terceiro ano a formação continuada de conselheiros/as buscou aprofundar a dimensão política da ação



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

dos conselhos e sua contribuição de forma mais significativa no processo de autonomia dos Sistemas Municipais de Educação, na revisão dos Planos Municipais de Educação.

Esse ano, no âmbito dos Conselhos, buscou-se também fortalecer a sociedade civil, especificamente os STRs, para participação no conselho de Educação.

Em especial no campo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, podemos notar que gradativamente há uma abertura maior à participação da sociedade civil e esta, por sua vez, tem buscado mais este espaço.

Vale ressaltar, que antes das formações havia pouco conhecimento sobre como implementar as políticas públicas e qual o papel do conselho nesse processo e havia pouca atuação dos Conselhos.

Para tanto, hoje percebemos os/as conselheiros/as mais atuantes e mais motivados/as para atuarem na sua realidade, pois estão buscando mais a qualificação, tanto através do MOC como de outras parcerias. Podemos identificar através dos diagnósticos realizados, que os/as conselheiros/as estão participando mais da construção e monitoramento do Plano Municipal de Educação, pois há uma maior compreensão. Tudo isso demonstra que estamos dando passos importantes **para a construção da gestão democrática da educação, por exemplo:**

Em relação ao Funcionamento dos Conselhos

- **Regimento Interno:**

100% dos CMEs possuem regimento, embora alguns conselheiros não conheçam o seu conteúdo.

- **Composição:**

Os conselhos são paritários, com representações variadas da sociedade civil (STR, igreja, organizações representativas de professores, pais e alunos).

- **Funcionamento:**

75% funcionam através de reuniões que acontecem mensalmente, entretanto alguns municípios não conseguem se reunir por falta de *quorum*.

- **Envolvimento da Sociedade Civil:**



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

40% dos municípios abrem espaços para a participação nas reuniões dos conselhos, mas apresentam dificuldade de envolvimento da comunidade nas suas ações.

- **Planejamento do trabalho:**

50% dos municípios realizam planejamento do trabalho.

- **Plano Municipal de Educação:**

75% dos Conselhos participaram da construção do PME, mas possuem dificuldade de monitoramento e desenvolvimento das ações em suas pautas de discussões.

Em **88 %** dos municípios a educação do campo foi incluída no PME

- **Funções:**

88 % dos conselhos conhecem suas funções, mas possuem dificuldade de operacionalizá-las.

Principais avanços em 2010:

- Realização de estudos sobre a legislação educacional em alguns municípios;
- O CME tem se articulado com o Conselho do FUNDEB na maioria dos municípios;
- Os Conselhos tem buscado regulamentar as escolas irregulares;
- Alguns municípios buscaram a parceria da UNCME para formação dos conselheiros;
- Socialização para os demais conselheiros das temáticas trabalhadas nos cursos oferecidos pelo MOC;
- Revisão do Plano de Carreira;
- Autorização do funcionamento do Ensino Fundamental de 9 anos das Escolas Municipais;
- Participação dos Conselhos na elaboração e monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas;

Principais desafios:



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Monitorar junto aos conselheiros/as o Plano de ação dos Conselhos em 2011, através das formações e de visitas nos municípios;
- Provocar os conselhos para realização do diagnóstico da situação educacional do município em que atuam.
- Provocar nos conselhos a construção e implementação de PPP e proposta curricular incluindo educação do campo para todas as escolas rurais da rede municipal, a partir das experiências existentes;
- Aprofundar o debate nas formações com conselheiros para implantação do Sistema Municipal de Ensino, pois o mesmo foi construído e não é implementado;
- Promover estudos sobre o Plano Municipal de Educação de cada município construindo estratégias junto aos conselheiros/as para efetivação das metas traçadas no PME.
- Estimular os/as conselheiros/as para participação na construção da Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária anual para inclusão de dotação orçamentária específica para a educação do campo;
- Mobilizar mais as organizações da sociedade civil para participação no Conselho;

4. Formação com Diretores de Escolas para uma Gestão Escolar participativa

Construir uma gestão escolar participativa é fundamental na política de educação do campo. Neste contexto é importante trabalhar os gestores.

O processo de formação de gestores escolares buscou fortalecer o papel social numa perspectiva de **gestão participativa e democrática da educação**: de um lado estimulando a criação de conselhos escolares atuantes e autônomos e, de outro lado, estimulando a elaboração e implementação de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas do campo que contemplem o contexto diverso das comunidades do campo no semiárido. Em 2010 foram realizadas 02 oficinas com gestores escolares envolvendo 87 diretores.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

A criação dos Conselhos Escolares compostos por representações da comunidade escolar vem sendo estimulado para que através da participação desses sujeitos na elaboração proposta política pedagógica e no desenvolvimento das ações possibilite melhoria da educação.

Como resultado deste processo, das 509 escolas envolvidas no projeto CAT, **235 escolas possuem Conselhos Escolares** articulados com a participação da família, alunas/os, professores/as e funcionários/as. .

Desta forma o conselho escolar aproxima e fortalece as escolas do campo através das ações contempladas no projeto político pedagógico. Neste ano, **168 escolas construíram Projetos Políticos Pedagógicos** incluindo o Projeto CAT. Esses projetos contemplam as especificidades do campo e em outras escolas os gestores estão buscando a construção do PPP participativo para atender as necessidades dos sujeitos onde as escolas estão inseridas.

Entretanto essa realidade se limita a um número ainda pequeno de escolas. No campo, em sua maioria, existem pequenas escolas, de uma ou duas salas, algumas com uma gestão nucleada, distante da realidade da escola e da comunidade. Neste sentido se torna um desafio qualificar um processo de gestão presente na realidade escolar e participativa para que a escola permaneça com qualidade nas comunidades rurais, efetivando o direito à educação às crianças do campo.

Estas escolas hoje acessam e desenvolvem diversos projetos pedagógicos e didáticos: programas de educação do campo, de leitura, saúde na escola, esportes, arte, educação ambiental, agroecologia, dentre outros. Essas ações podem contribuir para melhorar a aprendizagem das crianças, mas precisam vencer o obstáculo da desarticulação dessas novas propostas educativas. Por um lado, as gestões escolares ainda não conseguem integrar esses projetos e ter autonomia no processo de definição das propostas que podem integrar os seus Projetos Políticos Pedagógicos. E por outro lado, os educadores e educadoras não conseguem desenvolver um planejamento articulado, as formações não orientam nesta perspectiva, e os projetos são desenvolvidos com fragilidades de concepção e metodológicas.

5. Formação de representantes da sociedade civil organizada

Como parte da construção da política pública de educação do campo, o MOC, em parceria com a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais do Semiárido (FATRES) desenvolve um processo de formação em educação do campo e um acompanhamento de perto às ações.

Este ano foram realizados quatro Seminários com a sociedade civil, além de 16 reuniões nos municípios para tal finalidade.

Como parte do processo, foi incentivado a criação de Coletivos Municipais de Educação com participação da sociedade civil, e a criação estatutária de Departamentos de Educação do Campo em cada sindicato de trabalhadores rurais. Nos Seminários houve estudos sobre os Planos Municipais de Educação, se estava contemplado, orçamento, ciclo orçamentário, conselhos de educação, concepção e princípios da educação do campo.

Novidade este ano foi a construção de um **Diagnóstico** das escolas do campo, onde as entidades (sindicatos, associações, etc.) visitavam as escolas para conhecer de perto as estruturas físicas, instalações, metodologias aplicadas na sala de aula, etc. O Diagnóstico ainda está em andamento, mas o pouco que já foi visitado e pesquisado, percebeu-se que há uma situação desafiadora nas escolas, com a qual se deve ter muito cuidado.

Como resultado destes processos de acompanhamento temos hoje:

- 08 Sindicatos de Trabalhadores Rurais com Departamentos de Educação instituídos estatutariamente;
- 08 Coletivos Municipais.
- Através da FATRES-MOC está sendo realizado um Curso para capacitação de novas lideranças, tendo como um dos temas Educação do Campo;
- Nos municípios de Quijingue e Retirolândia a partir do Diagnóstico houve uma mobilização para melhorar as condições das escolas do campo;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Há uma maior presença de representantes da sociedade civil nos encontros de formação do Projeto CAT, de Conselheiros de Alimentação Escolar e de Educação, dentre outros;
- 03 Sindicatos realizando seminários de educação do campo e incentivando a participação de novas lideranças;

Apesar dos resultados, continua sendo um desafio a realização de ações processuais, e não apenas pontuais. Há grande rotatividade de lideranças nos encontros e com isso se perde a dimensão processual. A sociedade civil organizada precisa compreender melhor os processos e como se constrói a política, para propor, sugerir, fiscalizar, cobrar, etc.

6. Formação de Conselheiros de Alimentação Escolar

Para uma política pública de educação com qualidade, a alimentação escolar é essencial. Nesta perspectiva, o Programa de Educação, em interface com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar do MOC, vem realizando um processo de formação para o funcionamento dos Conselhos de Alimentação Escolar.

Nestas formações é realizada uma avaliação do funcionamento dos Conselhos, que antes eram quase uma formalidade. Também são estudadas e debatidas a nova Legislação da Alimentação. O momento mais esperado e que provocou maiores debates foi sobre a Legislação_LEI Nº. **11.947, de 16 de junho de 2009**, que dispõe sobre os 30% da alimentação escolar ser derivado da agricultura familiar.

Outro elemento bastante destacado foram os cardápios da alimentação escolar que deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada. A aquisição dos alimentos será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00, por DAP/ano. A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório.

Em algumas das capacitações contou-se com assessoria de Nutricionista.

Como resultado deste processo, hoje muitas organizações da agricultura familiar, a exemplo de cooperativas, associações dos municípios de Santa Luz, Valente, Retirolândia, Ichu, Nordestina, dentre outras, estão fornecendo seus produtos para alimentação escolar. Porém há muito o que se organizar ainda, e convencer os gestores públicos para esta nova demanda.

7. Encontros de Articulação de Políticas Públicas de Educação do Campo

Projetando a articulação das políticas municipais de educação, a partir da formação dos vários sujeitos que nela atuam, foram realizados dois grandes Encontros de Articulação de Políticas, para incentivar articulações entre os atores em seus municípios.

No Território do Sisal e da Bacia do Jacuípe também foram realizados dois grandes seminários de educação do campo, onde se debateram as Diretrizes Curriculares para Educação do Campo do Estado da Bahia, construindo propostas a partir das demandas locais. As propostas serão inseridas no Plano Estadual.

No final do ano houve um grande seminário de avaliação para que fossem avaliadas as ações dos diversos públicos: gestores, coordenadores, professores, conselheiros, diretores e sociedade civil. Todos estes sujeitos sociais, em grupos separados responderam a estas questões:

- Resultados do ano para políticas públicas de educação do campo nos municípios?
- Desafios para as políticas públicas de educação do campo no município?



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Pistas para consolidar a metodologia do Projeto CAT e do Baú de Leitura enquanto uma política pública de educação do campo no município?

Pelas respostas, muitas coisas avançaram, mas falta muito para consolidar uma política pública.

ALGUMAS CONCLUSÕES:

No ano de 2010 estaríamos concluindo o Planejamento Estratégico do Programa de Educação. Apesar de ser um ano que houve eleições no Estado e em âmbito Federal, muitas conquistas aconteceram, como a construção dos Planos Municipais, com inserção da Educação do Campo, a construção de Sistemas Municipais, de Coordenações Municipais de Educação do Campo, de Funcionamento dos Conselhos, de construção de Projetos Políticos Pedagógicos, dentre outros elementos. Porém o grande desafio ainda é o orçamento municipal, e outros elementos como:

- Dos 22 municípios onde atuamos apenas 03 orçamentos municipais específicos;
- Nenhum município construiu sua Matriz Curricular, inserindo a dimensão da educação do campo contextualizada;
- A sociedade civil ainda participa pouco dos processos de construção da política;
- Não há uma universalização do CAT e do Baú de Leitura nos municípios, a proposta ainda é vista enquanto um projeto de fora para dentro.
- Nos municípios não há um processo de formação continuada de professores e professoras para atuarem com uma educação do campo contextualizada.
- As instalações das escolas do campo precisam ser melhoradas.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Estes desafios nos motivam a continuar intensificando nossas ações no próximo período para efetivar e consolidar as experiências desenvolvidas enquanto uma política pública de educação contextualizada para convivência com o semiárido.

Nesta perspectiva, projetamos a continuação das ações visando garantir o direito às crianças e adolescentes a uma educação de qualidade, lúdica, prazerosa e contextualizada na perspectiva de melhor convivência com o semiárido e de dias melhores para sua população.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

INTRODUÇÃO

Muito se teria a descrever e debater a partir das ações e estratégias trabalhadas em 2010 pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no semiárido. Efetivamente, muitos foram os problemas, significativa foram as conquistas e maiores são os desafios.

No entanto, dada a exigüidade do espaço, optamos por explicitar nossa ação a partir de determinadas linhas e atividades que nos pareceram mais estratégicas e significativas.

ATER DENTRO DOS PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E DE CONVIVÊNCIA COM SEMIÁRIDO

No ano de 2010, o Sub-programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, vivenciou diferentes momentos de sua história no MOC. Direcionou suas ações com foco na convivência com semiárido, participando de espaços decisivos de planejamento e avaliação de políticas públicas. Para isso, redesenhou sua equipe técnica, diminuiu área de abrangência, com a



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

perspectiva de reconstrução de processos metodológicos capazes de responder às demandas locais.

Apresentamos, a seguir, as ações desenvolvidas pelo Subprograma de ATER em 2010.

1. ASSESSORIA TÉCNICA

A Assessoria Técnica e Extensão Rural fundamentada nas práticas de convivência com semiárido para os agricultores e as agricultoras, teve como base os princípios da agroecologia, que considera o/a técnico/a e agricultores/as protagonistas de uma ação transformadora, no qual o/a técnico/a assume o papel de mediadores do processo de mudança, e as/os agricultores/as familiares o de sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Durante 2010, todas as ações do programa foram direcionadas para fortalecimento e consolidação dos processos da transição agroecológica. Assim, realizaram-se visitas técnicas periódicas, coletivas e individuais, projetou-se o atendimento às 3.000 famílias. Estas visitas tiveram o cunho de orientar as famílias quanto às práticas de convivência com semiárido e debater com elas as políticas públicas para agricultura familiar. Durante as visitas os técnicos procuraram aprofundar os conhecimentos relativos à captação de água, espécies adaptadas ao semiárido que podem ser plantadas, árvores nativas que podem ser fonte alternativa de renda, relação social de gênero, trabalho produtivo e reprodutivo, manejo dos pequenos criatórios, implantação dos quintais produtivos, sementes crioulas e outras tecnologias de convivência com semiárido.

Conseguiu-se, a partir daí, constatar mudanças visíveis na maneira de viver desses produtores, o que proporcionou uma significativa melhoria nas suas condições de vida. Os exemplos são a adoção de novas práticas de captação de água da chuva, utilizadas não apenas para consumo humano, como



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

também para consumo de animais, bem como a prática de armazenamento de forragem, entre outras.

Outro ponto forte do processo de assistência técnica foram os intercâmbios, oficinas, dias de campo, fundamentados nos princípios da participação. Os intercâmbios continuam sendo nossa ferramenta metodológica principal, pois esta prática tem viabilizado a troca de saberes entre as famílias e o debate entre elas sobre a reaplicação do que está sendo visualizado nas visitas, protagonizadas pelos próprios agricultores, com o seu jeito próprio de demonstrar e se expressar.

Ciclo de Intercâmbio: Uma nova forma de ATER para agricultores e agricultoras familiares

Inovamos na forma de realizar os encontros de intercâmbios entre agricultores/as. Efetivamente, a abordagem metodológica utilizada fez com que houvesse o envolvimento de toda a família no processo. Com o nome de **Ciclo de Intercâmbios**, os encontros de agricultores/as foram realizados com o formato de carrossel, sendo que cada família experimentadora visitava outra. Ao final destes encontros tínhamos em mãos ricos produtos, uma avaliação participativa da transição para sustentabilidade daquela família e uma maior implementação de práticas agroecológicas nas propriedades. A partir delas, as famílias têm observado e buscado melhorar sua propriedade, percebendo a importância da relação do trabalho produtivo e reprodutivo da família com a propriedade, das práticas de estocagem de água para consumo humano e animal, estocagem de alimento, práticas de segurança alimentar e nutricional, dos pequenos criatórios para o aumento da sua renda e melhoria da qualidade de vida.

Assim, surgiram 02 novos centros de difusão da agroecologia na região. Estes centros são, na prática, propriedades rurais mais bem preparadas e com adensamento de tecnologias a serem difundidas para as famílias. Além disso,

projetou-se 50 propriedades com foco na estocagem de alimento animal, estocagem de água, sistemas agroflorestais, manejo ecológico da caatinga que serão potencializadas no próximo ano, com objetivo de transformá-los em novos centros de difusão agroecológica. Nos intercâmbios foi possível desenvolver práticas de estocagem de água para consumo humano e animal,

estocagem de alimento, práticas de segurança alimentar e nutricional. Em 24 intercâmbios promovidos, envolveram-se **639 agricultores/as**.

Implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva para dessedentação animal e produção de alimentos

A efervescência social em torno do tema da água como condição indispensável para obtenção da cidadania e o acúmulo das forças populares nos últimos anos possibilitou o início da escrita de outra história no semiárido

brasileiro. Ou seja: começou-se a constatar, na prática, que é possível descentralizar e democratizar a oferta de água para consumo humano e produção no semiárido, evitando e revertendo a injusta concentração deste bem e respeitando os direitos de todas as pessoas neste campo.

Assim, temos atuado juntamente com outras organizações como a Articulação Nacional do Semiárido (ASA), ASA/BAHIA que muito tem contribuído para dinamização do acesso a água para agricultoras e agricultores familiares, mostrando que é possível construir outro modelo de gestão da água, mesmo diante das adversidades do clima seco. A implantação dos Programas Um milhão de cisternas (P1MC), do Projeto Cisternas com o Governo do Estado, a partir da parceria da ASA Brasil com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Federação Nacional dos Bancos (FEBRABAN) e do Projeto Aguadas (água para dessedentação animal) em parceria com o Instituto das

- ✓ 02 novos centros de difusão da agroecologia implementados nos municípios de Riachão do Jacuípe e Quijingue.
- ✓ II Encontro de sementes crioulas do Território do Sisal. Foram diagnosticados 46 bancos de sementes familiares funcionando e 06 foram implantados em 2010.
- ✓ Ciclos de Intercâmbios entre agricultores e agricultoras familiares com trocas de saberes e sabores envolvendo toda a família no processo.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Águas do Governo da Bahia, tiveram no MOC a Unidade Gestora Regional, viabilizando o acesso de mais de **4.000 famílias**.

Destaca-se um conjunto de ações firmadas entre MOC e o Projeto AGUADAS, em parceria com Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGA). A partir desta parceria buscou-se trabalhar e transformar a realidade envolvendo 1232 famílias indiretamente e 174 famílias diretamente, distribuídas em 11 municípios dos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Sementes Crioulas como garantia da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável

Há muito tempo é prática de agricultores/as conservar, selecionar e melhorar sementes. Isso originou uma grande diversidade de cultivos e variedades utilizadas na produção agrícola. Os agricultores/as familiares tem sido desde sempre os principais responsáveis pela manutenção da biodiversidade de cultivos, mantendo variedades adaptadas a diferentes regiões, por gerações. Entendendo toda essa dimensão o subprograma incorporou como uma das suas ações estratégicas de soberania e segurança alimentar, o resgate das sementes nativas/crioulas e diversificação dos sistemas produtivos. Desde então, um conjunto de experiências foram fortalecidas diagnosticadas e recebem acompanhamento nos territórios de nossa atuação. Ao longo do ano desenvolveram-se uma série de atividades para fortalecimento dos processos de transição agroecológica, como: implantação de quintais produtivos, de sistemas agroflorestais, da cultura de estoque de alimento e água e levantamento, implementação e fortalecimento de bancos comunitários e bancos familiares de sementes crioulas, como garantia da diversificação e da preservação sócio-ambiental dos sistemas.

Assim, realizou-se o II Encontro de sementes crioulas do Território do Sisal, envolvendo 11 municípios, onde se debateu a importância das sementes para autonomia das famílias. Posteriormente, foram diagnosticados 46 bancos



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

de sementes familiares e a implementação de 06 bancos comunitários de sementes crioulas, que vem sendo acompanhados e fortalecidos.

A partir dessa constatação o grande desafio do subprograma é a ampliação e incentivo para que novos agricultores/as plantem sementes crioulas e mostrem para a sociedade a importância de se manter o controle das sementes pelos próprios agricultores/as, para assegurar a soberania alimentar do seu povo e garantia do direito através das políticas públicas.

Empreendimentos Econômicos Solidários: outra economia acontece!

No ano de 2010, o Subprograma de Acesso a Mercados (SAM), priorizou o acompanhamento técnico sistemático a duas organizações regionais: Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco Sertão) e a Rede de Produtoras da Bahia (RPB) e a 39 dos/das seus/suas respectivos/as filiados/as, sejam grupos formais em associações e cooperativas ou não formais, enquanto Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de formação mista entre homens e mulheres e/ou exclusivamente formados de mulheres da região.

A atuação das duas organizações, Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia, nos espaços de construção/implementação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e economia solidária, vem contribuindo na visibilidade do trabalho das mulheres agricultoras, tornando possível a contribuição das mesmas para a construção de outra economia.

A Arco Sertão passou a integrar a Coordenação do Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária, a Câmara Técnica Estadual de Comercialização e o Comitê Estadual do Selo da Agricultura Familiar. Seus dirigentes, também têm sido convidados a participar das diretorias da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Conselho de Desenvolvimento Rural do Território do Sisal (CODES Sisal) e do CODES Bacia do Jacuípe. A RPB, por sua vez,



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

passou a fazer parte do Comitê Gestor Ampliado do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais¹³, do Fórum Estadual de Economia Solidária, do Fórum de Mulheres da Região Semi-árida, do CODES Sisal, da Secretaria de Mulheres da UNICAFES e Rede de Mulheres do Nordeste.

Para maior visibilidade das ações desenvolvidas a Arco e RPB, as organizações desenvolveram seus respectivos sites www.arcosertao.org.br e www.riquezasdosertao.com.br e algumas peças de comunicação como o catálogo de produtos (ARCO) e do novo folder institucional (RPB).

As cadeias produtivas priorizadas

Ao eleger, desde 2007, as cadeias produtivas do mel, do caprino-ovinocultura, das frutas nativas, da mandioca e das fibras naturais como prioritárias, o MOC, em conjunção com as organizações integrantes da ARCO SERTÃO e da Rede de Produtoras da Bahia, procurou fomentar processos de valorização destes produtos e inserção dos grupos nos diversos mercados, especialmente nos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE).

Para as cadeias produtivas do mel e da caprino-ovinocultura, deu-se continuidade ao acompanhamento técnico aos/as agricultores/as familiares, buscando potencializar estas cadeias, com foco na organização e infra-estruturas adequadas para a certificação.

Na cadeia produtiva do mel, a Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (COOAMEL) firmou parceria com o Companhia de Desenvolvimento de Ação Regional (CAR) para a construção do Entrepasto do mel e uma Unidade de Beneficiamento de mel (Casa do mel) que irá viabilizar a certificação e comercialização dos produtos dos/as seus/suas filiados/as. Atualmente vem sendo comercializado 15.000 quilos de mel por ano, em sachê para alimentação escolar e para o PAA, em

¹³ Este comitê é constituído por Redes Regionais e Nacional que representam grupos de mulheres produtoras e pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Meio Ambiente, além da Companhia Nacional de Abastecimento.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

parcerias com as organizações locais dos apicultores e apicultoras. Outros 20.000 quilos de mel foram comercializados para empresas de outros Estados.

Na cadeia produtiva da caprino-ovinocultura, o foco da ação vem sendo a construção de políticas territoriais de infra-estrutura para adequação das normas legais. Neste sentido, no Território Bacia do Jacuípe, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Infra-Estrutura da Agricultura Familiar (PROINF) foi viabilizada a construção do abatedouro e frigorífico de bovinos, e em fase final de construção o de caprino-ovinocultura. No território do Sisal, a construção do abatedouro e frigorífico ainda está em fase inicial.

Concomitantemente, contudo, se faz o debate de uma legislação mais adequada à agricultura familiar, sem descurar a higiene e a legislação sanitária, vez que praticamente a legislação atual está voltada para grandes empreendimentos.

As cadeias das frutas nativas e mandiocultura estão sendo trabalhadas de maneira conjunta, uma vez que a maior parte dos EES que trabalham com uma delas também estão envolvidos com a outra. Neste sentido, vem sendo dinamizado o acompanhamento aos empreendimentos na orientação de forma sustentável da produção e da agregação de valor, fomentando a utilização do manejo agroecológico das frutas nativas e da mandioca. Em 2010, foram priorizadas a formação através de intercâmbio entre os EES. Os intercâmbios proporcionaram aos EES o conhecimento da

- ✓ 11 EES e agricultores/as familiares comercializando para Alimentação Escolar
- ✓ 07 municípios comprando produtos dos EES e agricultores/as familiares para Alimentação Escolar
- ✓ 04 EES participando semanalmente das feiras agroecológicas de 02 municípios (Serrinha e Retirolândia)
- ✓ EES acessando os mercados institucionais, fornecendo produtos alimentícios regionais:
- ✓ 05 EES Programa de Aquisição de alimentos.
- ✓ 210 beneficiários/as Fornecedores/as, destes 189 são mulheres.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

realidade de cada EES e suas técnicas e formas de produção e também as formas de organização para acessar mercados, especificamente os mercados institucionais.

Para o artesanato de Fibra e Palha, o Subprograma de Acesso a Mercados (SAM) juntamente com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) busca a superação do gargalo que é a comercialização dos produtos. Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia, organizações representativas dos EES, vem buscando soluções para o grande desafio do artesanato. Assim, além das oficinas de qualificação da produção, as organizações participaram de diversas exposições dos produtos e também participaram da Chamada Pública Talentos do Brasil Rural – Agricultura Familiar, da qual ambas foram selecionadas. Em 2011 serão desenvolvidos com os EES ações focadas no desenvolvimento de produtos que atendam a demanda do mercado turístico, ao mesmo tempo as organizações terão espaços nos principais pontos turísticos do país, como exemplo o mercado de Salvador.

- ✓ 7.495 Beneficiários/as Consumidores/as
- ✓ 07 municípios comprando produtos dos EES e agricultores/as familiares para Alimentação Escolar
- ✓ 07 contratos firmados com a RPB de fornecimentos de alimentação para eventos oriundos de licitações públicas
- ✓ Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia na realização da 1ª. EXPOMULHER no Boulevard Shopping em Feira de Santana
- ✓ Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia selecionadas na chamada Talentos do Brasil Rural da Agricultura Familiar.

Por outro lado, serão capacitadas para atender a demanda que surgirá com a realização da Copa do Mundo de 2014, na qual Salvador será uma das cidades sede.

Empreendimentos no acesso aos mercados tradicionais, justos, solidários e institucionais, garantem geração de trabalho e renda para os agricultores e as agricultoras familiares.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Buscando mecanismos mais eficientes de comercializar os seus produtos, Arco Sertão e RPB vem buscando a ampliação da participação nos mercados tradicionais locais (supermercados, mercadinhos, feiras livres e encomendas), institucional (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA). Há vários projetos em execução, outros em elaboração e outros ainda em negociação.

Com destaque em 2010, a Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia e seus/suas respectivos/as filiados/as, em comemoração ao Dia da Mulher realizaram a exposição e comercialização dos produtos na parte interna do Boulevard Shopping em Feira de Santana, denominando esta exposição de “**ExpoMulher**”. Também estiveram presentes nas mais importantes feiras nacionais, estaduais e Territoriais do setor.

Os EES vêm buscando a regularização da documentação necessária para o acesso a diversos mercados como: o alvará de funcionamento, Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar Jurídica e o selo da Agricultura Familiar. Atualmente são 05 EES com cessão de uso do selo da Agricultura Familiar. Em posse deste selo os EES podem pleitear a inserção de seus produtos em mercados como a Empresa Baiana de Alimentos (EBAL), que mantém supermercados nas principais cidades do estado da Bahia, tendo espaço direcionado para os produtos da agricultura familiar.

Para a obtenção de capital de giro para estruturação do espaço como reforma, compra de equipamentos e matérias primas para a produção, os EES foram incentivados pelo MOC a buscar e obter financiamentos, resultando no acesso ao crédito por parte de 01 EES junto a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e 16 EES junto ao Fundo Solidário, gerenciado pela RPB, com recursos oriundos do Banco do Nordeste. Em 2011, a Arco Sertão implantará o Fundo Rotativo Solidário para seus/suas filiados/as, igualmente com recurso oriundo do Banco do Nordeste.

A RPB vem se firmando nos dois espaços solidários, um para a comercialização direta dos produtos (loja) e o outro de prestação de serviço (fornecimento de alimentações e hospedagens). Vale ressaltar que somente



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

em 2010 a RPB venceu 07 licitações públicas de fornecimentos de alimentação e hospedagens, tendo contratos que envolvem todos os EES filiados e que atuam com alimentos, durante 12 meses. Fruto destes contratos, neste ano, a Rede movimentou em torno de R\$ 500.000,00, valor este que beneficiou as mulheres que fornecem hortaliças, temperos, polpas de frutas, doces, biscoitos, farinha e feijão, mas também aquelas que se dedicam à preparação dos alimentos e à manutenção do espaço de realização dos eventos. A Arco Sertão firmou parceria com o governo estadual e Prefeitura Municipal de Serrinha.

Com a conquista do espaço próprio de comercialização para os produtos dos/as ESS filiados/as, espaço de formação e escritório.

O MOC juntamente com a Arco Sertão e RPB e seus/suas filiados/as avançou também na implementação da Lei da Alimentação Escolar que obriga que as Prefeituras comprem, ao menos, 30% dos produtos destinados a alimentação escolar, da agricultura familiar. Atualmente dos 14 municípios acompanhados pelo SAM, sete estão comprando produtos da agricultura familiar nos EES (Conceição do Coité, Serrinha, Retirolândia, Valente, Ichu, Santa Luz e Nova Fátima) para alimentação escolar. Merece destaque o município de Conceição do Coité que vem comprando além da cota estabelecida pela Lei. Este município vem demonstrando a força da agricultura familiar na produção de alimentos bem como o reconhecimento e valorização da produção local.

A abordagem territorial fortalecendo as estratégias de convivência com o semiárido

O ano de 2010 representou um período de ampliação e qualificação dos princípios da abordagem territorial nos processos de implementação de ações e atividades pelo MOC. Cada Programa, dentre eles o PFAF, buscou se aliar aos processos dos territórios.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Na Bahia, onde nos últimos anos ocorreu um grande processo de revelação, identificação e organização dos Territórios, desde o princípio, houve a busca de reconhecimento destes como unidades de planejamento de políticas públicas. O significado disso foi o desencadeamento de ações que buscam estimular e promover o desenvolvimento dos municípios que integram os Territórios, em bases mais sustentáveis. Neste contexto o MOC buscou fazer a integração de suas ações com outras estratégias buscadas e implementadas nos Territórios diretamente apoiados, no caso Bacia do Jacuípe e Sisal.

Mais especificamente como responsabilidade da atuação do Subprograma de Desenvolvimento Territorial, buscou-se dar continuidade ao fortalecimento das institucionalidades políticas, representativas dos Territórios. Nos dois Territórios, Bacia do Jacuípe e Sisal, os seus Colegiados Territoriais, respectivamente CODES Bacia do Jacuípe e CODES Sisal, receberam assessoria técnica em apoio às suas dinâmicas de planejamento e gestão das ações de desenvolvimento em curso nos municípios que integram cada um dos Territórios.

Os estágios em que se encontram esses Colegiados Territoriais são determinantes para uma análise crítica sobre os resultados alcançados pelo Sub-programa de Desenvolvimento Territorial em 2010. A primeira constatação é que estas institucionalidades ainda requerem uma qualificação maior de apoio técnico, para que seus processos de planejamento e gestão das políticas públicas possam se fortalecer. Os Colegiados Territoriais vem demonstrando avanços significativos no que se refere ao planejamento e mecanismos de gestão participativa, mas outros aspectos relacionados a implementação das políticas ainda mostram-se incipientes.

O processo de planejamento e gestão social participativa do desenvolvimento sustentável nos Territórios citados, por outro lado, vem exigindo que seus Colegiados Territoriais se fortaleçam enquanto ambiente plural e participativo. O processo ascendente de planejamento e gestão das políticas públicas que se deseja requer um processo continuado de



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

sensibilização e mobilização dos diversos agentes, envolvendo as instituições públicas e organizações da sociedade civil. Esta estratégia pressupõe a articulação e conciliação dos setores econômicos, atores sociais, práticas culturais e realidades ambientais diversas.

Em 2010 o CODES Sisal e CODES Bacia do Jacuípe dedicaram-se ao processo de conclusão/qualificação dos seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo desses Planos é servir de referência para a negociação e implementação de programas e projetos que promovam o desenvolvimento nas diversas dimensões. Neste aspecto, os avanços foram poucos, dado as fragilidades na capacidade de elaboração e/ou articulação das diversas políticas ofertadas pelas diversas instâncias de Governo.

Um importante destaque em 2010 está na busca de fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial através da constituição do Consórcio Público de Desenvolvimento do Território do Sisal. Esta nova institucionalidade, integrada pelas Prefeituras Municipais, terá o papel de operar as diversas políticas públicas cuja gestão social caberá à plenária do CODES Sisal. Outro destaque está no apoio à articulação para criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), que deverá se constituir no principal espaço articulador da estratégia de desenvolvimento territorial na Bahia.

As ações implementadas pelo MOC no fortalecimento da abordagem territorial não se limitaram apenas aos Territórios da Bacia do Jacuípe e Sisal. Atividades e ações de caráter estadual foram realizadas e, em sua essência, foram revestidas de estratégias que contribuiriam para o fortalecimento de toda a dinâmica do desenvolvimento territorial no Estado da Bahia, envolvendo os 26 territórios. Estas ações tiveram como foco principal o apoio ao fortalecimento da Rede Estadual dos Colegiados Territoriais, que na Bahia é denominada Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET), que tem como objetivo qualificar o diálogo com as instituições públicas de caráter estadual e federal na busca de fortalecer os Territórios como unidades de planejamento de políticas públicas.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

A ação do Subprograma de Desenvolvimento Territorial centrou-se em 2010 nas seguintes estratégias:

- Apoio ao processo de funcionamento, planejamento e gestão dos Colegiados Territoriais;
- Apoio à negociação e captação de recursos para dinamização econômica dos Territórios;
- Mobilização para reconhecimento dos Territórios de Identidade como unidades de planejamento de políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável, com ênfase nas dinâmicas territoriais, tem sido uma estratégia postulada por muitos, como requisito para dinamizar e articular diferentes processos locais de forma permanente e adequada à realidade local, em contraposição à estratégia de desenvolvimento com ênfase na supremacia da dimensão econômica e, por conseguinte, do processo de globalização em curso e suas conseqüências.

Pelos elementos expostos acima, a manutenção do apoio técnico e financeiro prestado pelo MOC ainda se coloca como necessário pelos próximos anos, necessitando de ampliação e qualificação. Neste sentido o MOC deverá incorporar novos elementos, apoios e referenciais que impliquem numa atuação diferenciada no apoio aos territórios e seus espaços representativos. No ambiente territorial, os Colegiados Territoriais precisam qualificar o processo de planejamento e debates sobre os investimentos estratégicos e necessários para estimular e/ou consolidar seus processos de desenvolvimento.

Esta opção está fundamentada no entendimento de que o território é importante condição de poder, o que significa dizer que a territorialidade pode ser entendida como uma estratégia para influenciar ações por intermédio do controle, não só do espaço, mas também do tempo. Fundamentalmente, dentre outros aspectos também importantes, o desenvolvimento do meio rural, o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso à terra são elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no Estado da Bahia. Neste contexto, uma nova ruralidade está se formando, a partir das múltiplas



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

articulações inter-setoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão.

Nos últimos anos, a estratégia da abordagem territorial vem se fortalecendo, com novas perspectivas, com destaque para a elaboração do Plano Plurianual do Governo do Estado da Bahia, para o período 2012-2015, cuja referência serão os 26 territórios e seus Colegiados Territoriais.

Para 2011 esses serão os desafios do PFAF:

- Contribuir com as organizações não-governamentais de ATER dos territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe na formação da Rede de Assistência Técnica e Extensão rural agroecológica;
- Intensificar a formação continuada com as organizações de ATER dos territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe para o nivelamento metodológico de ATER para agricultores e agricultoras familiares dentro dos princípios da agroecologia;
- Ampliar o debate das políticas públicas sobre produção, crédito e comercialização especialmente nos mercados institucionais (PAA e PNAE) nos municípios de atuação;
- Ampliação e consolidação dos centros difusão de AGROECOLOGIA;
- Intensificar e implementar as propriedades com foco na estocagem de alimento animal e humano, estocagem de água para animal e consumo humano, sistemas agroflorestais.



PROGRAMA DE GÊNERO

A CAMINHADA DO PROGRAMA COM AS MULHERES FORTALECENDO A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELO DIREITO DE TER DIREITO

INTRODUÇÃO

Contribuir para o empoderamento sócio político e econômico das mulheres trabalhadoras rurais da região Semiárida da Bahia tem sido a opção do MOC através do programa de Gênero, ao reafirmar o seu compromisso na construção de um Sertão mais justo com igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Isso se dá porque acreditamos, que desenvolvimento sustentável se concretiza com políticas públicas de convivência com o Semiárido no qual as pessoas são valorizadas e consideradas sujeitos de direito. Partindo desse pressuposto, o programa de gênero tem somado esforço juntamente com as organizações de mulheres na luta para que estas sejam também consideradas sujeitos de direito na definição dos caminhos a serem trilhados para a conquista de melhores condições de vida para elas e suas famílias.

Sendo assim, o programa de gênero ao longo do ano executou estrategicamente ações integradas em interface com outros programas do MOC, organizações de mulheres e mistas na perspectiva de imputar uma outra realidade na vida das mulheres a partir do fortalecimento institucional dos MMTRs e Coletivos/Secretarias de mulheres dos STRs, articulação e fortalecimento do Grupo de Trabalho de Gênero e Comitê Territorial de Políticas para as mulheres, de formação e qualificação política para a intervenção na construção, acesso e controle social das políticas públicas específicas para as mulheres, com foco especialmente nas políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres do campo.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Considerando a violência contra as mulheres enquanto violação dos direitos humanos, no ano de 2010 as ações foram ainda mais intensificadas e qualificadas, através de intervenção das mulheres nos espaços locais e regionais com proposições dos mecanismos de garantia dos direitos das mulheres; DEAMs – Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher, Centros de Referência, Casa Abrigo, bem como formação e qualificação de multiplicadores/as; educadore/as, lideranças femininas, comunicadores/as sociais acerca da divulgação da Lei Maria da Penha e dos mecanismos na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Para que essas ações acontecessem nas bases de atuação das organizações de mulheres, foi necessário estabelecer parcerias e articulações com instituições de ensino, órgãos públicos, igrejas e outros organismos sociais que se comprometeram pela defesa da vida e justiça social.

1. OS EIXOS QUE TECEM AS AÇÕES E GERAM RESULTADOS

Ao longo do ano de 2010 o programa de Gênero/MOC em consonância com as organizações de mulheres percorreu caminhos considerados estratégicos e necessários na perspectiva de contribuir sistematicamente para o empoderamento e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais. Para tanto, foi preciso o desenvolvimento de ações integradas no campo da formação/capacitação, assessoria na elaboração e execução de projetos com organizações parceiras, articulação e mobilização para uma incisiva intervenção nos espaços de poder e decisão. Seguem algumas reflexões sobre os impactos que cada ação estratégica apontou durante o ano, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dessas sertanejas;

- Sensibilização/formação/assessoria das organizações de mulheres e demais atores sociais para elaboração de propostas de políticas setoriais com enfoque em gênero

Levando em consideração o processo histórico de opressão a que as mulheres foram submetidas, os avanços apresentados já denotam maior nível



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

de desenvolvimento com a participação direta das mulheres nas tomadas de decisão também através das parcerias estabelecidas tanto com organismos públicos como com outras entidades locais/sociais. Assim elencamos os seguintes resultados:

- 174 Mulheres produtoras de 09 municípios acessando as linhas de crédito rural (PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Crediamigo – Banco do Nordeste, Mulher empreendedor, PROMIC – Programa de Microcrédito) investindo nos seus empreendimentos econômicos;
- 4.595 Mulheres trabalhadoras rurais com acesso a documentação (RG, CPF, DAP, Bloco de Notas) através de órgãos convencionais e também nos mutirões de documentação no território do Sisal;
- Maior participação e intervenção das mulheres nas comissões municipais e regional de água ajudando na identificação de beneficiários e os critérios, contemplando um número maior de mulheres com as cisternas de consumo e de produção. Fruto da participação das mulheres e das negociações com as Comissões foram direcionadas **23 cisternas** de produção para as mulheres rurais e grupos produtivos dos municípios de Araci, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Quijingue, Ichu, Nordestina, Santa Luz e Queimadas;
- **24 Lideranças** femininas de 08 municípios participam dos conselhos municipais de saúde, educação, alimentação, conselho municipal dos Direitos das mulheres, interferindo nas suas decisões;
- **30 Comunicadores/as sociais** sensibilizados e capacitados a cerca das relações sociais de gênero e a veiculação da imagem positiva da mulher nos meios de comunicação, possibilitando a divulgação das ações e a plataforma de luta das organizações femininas bem como na prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- **25 Educadoras/es sensibilizadas/os** sobre as concepções de gênero na perspectiva de uma educação não sexista a partir da construção de propostas de trabalho que permita às escolas repensar as suas práticas
 - Políticas e pedagógicas, para que meninos e meninas se vejam e se respeite como iguais, sem abdicar de suas diferenças;
- **30 homens e mulheres das comissões municipais** e regional de água sensibilizados/as quanto às relações de gênero e a importância da participação da mulher nos espaços de decisão política.

- Assessoria para revisão, monitoramento e avaliação dos planos territoriais contemplando a dimensão de gênero e na prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher.

A intervenção das mulheres também se estende pelos CODES dos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, entendendo ser um espaço relevante para que se busque a efetivação dos direitos das mulheres, e a possibilidade de, melhor organizadas, elas decidirem o rumo de suas vidas na elaboração e proposição de políticas públicas. Nesse contexto, vale ressaltar a presença do Centro Feminista 8 de Março (CF8), organização feminista de Mossoró/RN, que executou o projeto Mulheres e Autonomia conveniado com o MDA e que no território do Sisal fomentou a participação das mulheres na dinâmica do território, contribuindo com a articulação e fortalecimento do Comitê de Mulheres na (re) qualificação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Os resultados apresentados são frutos da consolidação de parcerias entre várias organizações que acreditam e agem na convicção de que a igualdade de direitos e oportunidades é um predicado para o projeto de mundo melhor que pretendemos construir:

- **02 GTs e Comitê de mulheres** articulado e constituído nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, fortalecendo a participação das mulheres nas decisões territoriais e o acesso às políticas públicas;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- **02 planos territoriais** com o eixo de políticas para as mulheres inserido (Bacia do Jacuípe) e em negociação (Sisal), com propostas de geração de renda, segurança, saúde, educação, prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher e formação/capacitação;

- **04 organizações de mulheres** (MMTR, RPB, Fórum de Mulheres da Bacia do Jacuípe, Coletivo de Mulheres da FATRES) e Núcleo de Gênero da UNEB/Coité participando e monitorando as ações junto ao Núcleo de Atendimento a Mulher - NAM (Bacia do Jacuípe) e o Centro de Referência Territorial (Sisal);

- Execução do projeto territorial “Saberes e Sabores do Sisal”, com vistas ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais, envolvendo diretamente **220 mulheres de 25 empreendimentos econômicos solidários de 11 municípios do território do Sisal**, fruto da participação e intervenção das organizações através do Fórum de Mulheres do Semiárido no CODES Sisal;

- Execução do Projeto “Mais Mulheres do Semiárido no Poder” junto ao Fórum de Mulheres da Bacia do Jacuípe, apoiado pela SEPROMI/BA na articulação e mobilização das organizações de mulheres no território da Bacia do Jacuípe, envolvendo **280 mulheres** dos 14 municípios que compõe o território;

- Formação de multiplicadores/as locais e comunicadores/as sociais sobre as políticas de prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher e veiculação de imagem positiva da mulher.

- **Articulação, mobilização e fortalecimento do Fórum Interterritorial de Mulheres da região Semiárida da Bahia.**

A articulação das mulheres no Fórum tem proporcionado uma maior e melhor intervenção nos espaços de negociação de políticas para as mulheres. A luta das mulheres nunca foi fácil, mas apesar de tantos desafios essas



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

bravas sertanejas não fogem à luta e se fortalecem numa plataforma coletiva por um Semiárido melhor, mais justo e solidário:

- **05 organizações** de mulheres constituindo o Fórum Interterritorial de Mulheres negociam e interferem nas políticas territorial, estadual e nacional;

- **42 mulheres dos MMTRs e Coletivos de Mulheres**, articuladas pelo Fórum de Mulheres da região Semiárida da Bahia ecoam suas vozes junto a de tantas outras mulheres do mundo participando da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, onde 3.000 mulheres do Brasil e de outros países marcharam de Campinas a São Paulo de 8 a 18 de março/2010, comemorando 100 anos do 8 de março com a apresentação e discussão da plataforma de luta: paz e desmilitarização, autonomia econômica das mulheres, fim da violência contra a mulher e acesso aos bens comuns.

- Assessoria, monitoramento e avaliação das ações implementadas pelas organizações locais e regionais de mulheres na perspectiva do seu fortalecimento político e institucional.

A autonomia e empoderamento das mulheres perpassam também pela sua auto-organização. Isso pressupõe buscar estratégias/caminhos que garantam o seu fortalecimento e ocupação de espaços onde elas possam interagir;

- **08 MMTRs** municipais e **01 MMTR** regional com seus planos elaborados e em execução, dinamizando a auto-organização das mulheres na identificação das demandas das mulheres para negociação junto aos setores governamentais responsáveis pela sua garantia;

- Coordenação do MMTR Regional reestruturada e em processo de reorganização institucional, definindo papéis e compartilhando responsabilidades intermunicipais entre as mulheres;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- **20 Jovens lideranças femininas** oriundas das organizações de mulheres são capacitadas na elaboração de projetos sociais tendo em vista o fortalecimento dos processos organizativos e produtivos das mulheres;
- **05 projetos** de apoio às organizações de mulheres – elaborados pelas jovens lideranças - foram aprovadas na perspectiva de fomentar a formação políticas das mulheres, bem como seu processo de produção e comercialização.

2. OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A luta pela autonomia feminina e superação das desigualdades entre homens e mulheres nunca foi tarefa fácil para as mulheres. Neste contexto de histórica discriminação e exclusão dos processos de decisões, as mulheres começam a reescrever suas histórias em meio aos desafios enfrentados. Ao analisarmos a descrição das ações estratégicas propostas e realizadas pelo programa de gênero no decorrer do ano de 2010, constatamos que as mesmas têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vidas das mulheres da região Semiárida da Bahia. Porém, não obstante as conquistas identificadas, ainda assim, elencamos alguns desafios que nos movem a continuar lutando por justiça e equidade de gênero:

- Inserir e monitorar as propostas de políticas de igualdade de gênero no PTDRS construídas pelo comitê de mulheres, ainda não inseridos no plano;
- Fortalecer a intervenção das mulheres no monitoramento da implementação de ações junto aos Centros de Referência de proteção as mulheres em situação de violência do território do Sisal e ao Núcleo de Atenção a Mulher na Bacia do Jacuípe na construção de uma rede de solidariedade com os municípios dos territórios;
- Retomar o diálogo com a SEPROMI mediante Carta Política apresentada e discutida em audiência pública, bem como com outros setores do governo com vista à negociação das propostas de políticas de interesse das mulheres;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Intensificar a capacitação de lideranças femininas acerca da sustentabilidade institucional e captação de recurso, buscando autonomia para as organizações de mulheres;
- Dar continuidade as ações de divulgação da Lei Maria da Penha e monitoramento às ações desenvolvidas pelos mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres juntamente com os comunicadores das rádios comunitárias e outros organismos sociais.

Contudo, ainda se faz necessário a soma de esforços para que sejam intensificadas as ações na perspectiva da implementação de políticas capazes de minimizar as desigualdades entre homens e mulheres, criando possibilidade de imputar uma outra realidade. Para tanto, pretende-se para o ano de 2011 estabelecer parcerias e ações integradas com organismos da sociedade civil e poder público para que as políticas se materializem na vida das mulheres trabalhadoras rurais construindo igualdade de oportunidade para o efetivo exercício da cidadania das mulheres no Semiárido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que os avanços alcançados são significativos e agregadores na vida das trabalhadoras rurais. Porém, as lacunas existentes dependem para serem resolvidas, da efetividade dos direitos das mulheres e essa efetividade somente será plena, a partir da implementação de políticas que atendam suas demandas e necessidades, oportunizando-as a ter vez e voz nos espaços estratégicos de poder e decisão, visto que, até então, esses espaços são majoritariamente masculinos, invisibilizando a contribuição histórica das mulheres e sua importante participação nas tomadas de decisão.

Dessa forma, urge a necessidade da construção e fortalecimento de políticas públicas que assegurem o reconhecimento e a valorização da contribuição das mulheres nos processos de desenvolvimento de suas comunidades, bem como a necessidade de um permanente diálogo das organizações de mulheres com os setores do governo e outras forças sociais,



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

numa perspectiva de somar saberes, fazeres e esforços à luta Por um Sertão mais Justo, igualitário e solidário onde todos e todas tenham direito a ter direitos.

PROGRAMA DE JUVENTUDE

1. O apoio e fortalecimento das organizações, entidades e movimentos sociais envolvidos em parceria para o desenvolvimento de ações de/com juventude

As ações do MOC com Juventude em 2010 se direcionaram para o acompanhamento aos Coletivos Municipais de Jovens, além de apoiar secretarias de jovens de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, na perspectiva de contribuir com a construção de um projeto de sociedade no qual os jovens sejam reconhecidos como sujeitos de processos de desenvolvimento.

Essas ações foram desde assessoria e apoio técnico-pedagógico a estas instituições, até a participação e organização de ações sócio-formativas nos municípios dos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe. Nossa intenção é que estas organizações construam seus projetos políticos e seus planos estratégicos, voltados para uma atuação organizada, sistemática, construindo e atuando no controle social de políticas públicas que se voltem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo, dos jovens.

Exemplos:

- Apoiamos os Coletivos de Jovens dos Municípios de Cansanção, Nordestina, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz e Valente na estruturação de suas coordenações e na construção de seus planejamentos.
- Realizamos oficinas formativas (Protagonismo juvenil, Política pública, Cidadania, Empreendedorismo juvenil) em Araci, Candeal, Conceição do
-



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- Coité, Nordestina, Pé de Serra, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Serrinha, Tanquinho e Valente.
- Apoiamos a realização de eventos comemorativos em Cansanção (Semana Social da Juventude), Nordestina (Dia Nacional da Juventude), Retirolândia (Encontro de grupos esportivos e culturais) e Santa Luz (Encontro Luzense de Unificação Juvenil – ELU Juvenil).

Ainda na perspectiva do relacionamento interinstitucional para o fortalecimento do trabalho de/com juventude, nossa participação na Rede Jovem Rural foi dedicada à busca por oportunidades para a juventude rural do semiárido baiano.

Lá, organizamos e possibilitamos a participação de jovens no IIIº Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira, proporcionando-lhes oportunidades de troca de experiência nos estados do Acre, para conhecer a ONG Escola da Floresta, no Amazonas, a Associações das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), no Espírito Santo, o Movimento de Educação Profissional do Espírito Santo (MEPES), Pernambuco, o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Paraíba, o Programa de Apoio ao Jovem Rural (PAER).

Para 12 jovens dos municípios de Antônio Cardoso, Araci, Candeal, Nordestina, Pé de Serra, Quijingue, Quixabeira, Tanquinho, Tucano e Valente, este evento proporcionou ampliação dos horizontes e experiências de vida.

Recebemos 14 jovens dos estados do Amazonas, Acre, Goiás, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que vieram conhecer as experiências de trabalho do MOC com juventude, protagonismo e geração de renda.

Organizamos e participamos da Vivência Profissional, evento que possibilitou intercâmbio para educadores do MOC e das demais organizações da rede (Arcafar, Cedejor, Instituto Souza Cruz, Mepes, MOC e Serta) para conhecer boas práticas com juventude nos estados da Bahia, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Indicamos e aprovamos um jovem do município de Quijingue para ser bolsista, atuando no Grupo de Apoio e Sistematização da Rede Jovem Rural (GAS).

Candidatamos e aprovamos o MOC como a instituição que sediará a IVª Jornada Nacional da Juventude Rural Brasileira no ano de 2013.

2. A interferência nas políticas públicas

Por meio de ações conjuntas com o Coletivo Regional de Juventude e Participação Social e as organizações Sindicais dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão na implementação do Projeto Participação Juvenil no Orçamento Municipal, cuja proposta foi a negociação e inserção de emendas nos orçamentos públicos de 25 municípios destes territórios.

Alguns Resultados:

Em Araci

- Apoio de transporte para os estudantes do ensino superior

Em Capela do Alto Alegre

- Aprovação de quatro emendas, no valor de R\$ 55.000,00 para a capacitação de jovens agricultores familiares, incentivando a agricultura familiar, conservação, melhoria e defesa do meio ambiente.

Em Antônio Cardoso

- Apoio de transporte para os estudantes do ensino superior.

Em Santa Luz

- Realização da 1ª Semana Social da Juventude Rural

3. Empreendedorismo Juvenil

O empreendedorismo juvenil tem sido um dos eixos norteadores das nossas ações formativas, uma vez que, este se constitui como uma das perspectivas para a mudança efetiva da realidade. Ações neste campo foram e



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

estão sendo efetivadas em duas ações importantes da Equipe de Juventude do MOC.

Uma delas foi o **Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia** (em parceria com a Fundação CITI) que formou 31 jovens para a criação de experiências de empreendedorismo juvenil, bem como, sua inserção em empreendimentos econômicos solidários existentes na região, e, além disso, a formação social da juventude que possibilita sua atuação qualificada nos espaços institucionais e de gestão das políticas públicas (conselhos), nos espaços escolares e comunitários na direção da promoção de debates a cerca das políticas públicas.

O Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia deixou um importante legado na formação do MOC com juventude, uma vez que proporcionou atingirmos resultados importantes em diversos campos da nossa atuação.

Exemplos:

- **30** jovens qualificados para empreendedorismo juvenil na agricultura familiar em 10 municípios dos Territórios Sisal e Bacia Jacuípe.
- **30** Jovens integrantes do núcleo central do projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia com conhecimento crítico das oportunidades geradoras de trabalho e renda na agricultura familiar no contexto do semiárido;
- **10** Planos de Ações Municipais de Juventude construídos para intervenção no entorno social escolar, comunitário e institucional, numa dimensão de políticas públicas;
- **29** jovens desenvolvendo práticas de planejamento e coordenação de ações sócio-formativas voltadas para grupos juvenis locais e espaços municipais e comunitários, (Coletivos Municipais de Jovens, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Escolas Municipais e Estaduais, Conselhos, Gestores Municipais e Associações Comunitárias) com Planos de Ações de Municipais construídos nos 10 municípios da sua área de atuação;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- 27 jovens contribuindo na construção dos planejamentos estratégicos dos Coletivos Municipais de Jovens;
- 24 Jovens do núcleo central do projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia estão filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas e Associações Comunitárias;
- Jovens participando das ações e apresentando demandas setoriais nos Conselhos Municipais de Educação, Juventude e Criança e Adolescente;
- 15 dos jovens do núcleo central contribuindo na criação e fortalecimento de Grêmios estudantis nas escolas municipais e estaduais nos municípios;

A partir da ação do projeto, é possível visualizar avanços na vida dos jovens:

- 12 jovens do núcleo central do projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia se inserindo ou criando oportunidades geradoras de trabalho e renda na agricultura familiar (atividades agrícolas e não-agrícolas) do semiárido.

A outra ação importante no campo do empreendedorismo juvenil foi a implementação do **Programa de Empreendedorismo Juvenil (PEJR)** (Instituto Souza Cruz) que beneficia 28 jovens de 06 municípios do território do Sisal e tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento integral do jovem, buscando alternativas locais para a geração sustentável de renda e melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Já é possível observar resultados impactantes nas trajetórias de vida de jovens. Como por exemplo:

- 28 jovens ampliando a participação na perspectiva do protagonismo juvenil nas instituições, na elaboração de projetos e na defesa dos interesses coletivos;
- 28 jovens construindo projetos de vida voltados para o desenvolvimento do campo a partir de alternativas empreendedoras, economicamente viáveis e sustentáveis;
- 28 Jovens desenvolvendo atitudes e ações de Agentes de Desenvolvimento Rural nos jovens rurais, na direção da sua projeção política e participativa



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

- nos espaços do território, bem como no fortalecimento das organizações sociais da comunidade, município e território.
- A introdução e intensificação da participação solidária e cooperativa dos jovens rurais em experiências comunitárias e no território (em grupos de produção, cooperativas e associações);

Mesmo diante de um dos maiores desafios não apenas do MOC, mas das organizações que trabalham com juventude na região, que é promover ações que desencadeiem em oportunidades efetivas de geração de renda para jovens rurais, através do PEJR estamos proporcionando uma formação plena, que busca garantir aos jovens sua sustentabilidade, sem comprometer sua identidade política, ou seja, as diretrizes da formação dialogam com os processos e lutas desses sujeitos em seu contexto comunitário e territorial como a formação para os valores, a cooperação e para a economia solidária.

Dessa forma, procuramos assegurar à inserção produtiva dos jovens no meio rural criando, se inserindo e fortalecendo as organizações e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes na região.

As oficinas formativas mostram a estes sujeitos (as), bem mais que criar oportunidades de renda, mas transformar a suas vidas e o meio em que vivem em oportunidades de alcançar a sustentabilidade.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em 2010, um dos grandes desafios da equipe de Juventude foi conseguir apoiadores que garantissem a sustentabilidade na instituição (MOC), podendo assim continuar viabilizando suas ações em prol da juventude na região.

Nesta perspectiva, o desafio em partes foi superado. Firmamos uma parceria que aponta para a continuidade, o que nos permite fincar nossas raízes e construir planos à longo prazo, tendo em vista apoio financeiro e pedagógico nas nossas ações.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Outro desafio foi à implementação do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR), uma vez que o mesmo demanda conhecimentos específicos, como da Pedagogia da Alternância, por exemplo, áreas das quais a equipe não tinha muito acúmulo, e por estarmos acostumados a construir referenciais no campo da participação e atuação política. Esse fator fez com que tornasse necessária a intensificação nos estudos, conciliando com a execução do PEJR.

De uma maneira geral, as ações da Equipe de Juventude do MOC tem estado mais presente e de forma mais qualificada, tanto junto as entidades parceiras, quanto nas relações de interface com os outros programas da instituição. Observa-se também que o trabalho no campo do empreendedorismo juvenil (econômico e social) tem possibilitado o fortalecimento das parcerias com organizações cooperativas e associativas, além dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Como por exemplo:

- O crescente diálogo e a parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) no desenvolvimento de ações de/com juventude na região.
- O incentivo aos jovens quanto sua inserção em cooperativas (filiação) e grupos de produção, como oportunidade de acesso a renda.

Além disso, nossas ações têm propiciado:

- a) A sistematização das oportunidades geradoras de trabalho, emprego e renda no contexto da agricultura familiar;
- b) O conhecimento das formas e dos tipos de agricultura praticada na perspectiva da sustentabilidade;
- c) A identificação das relações sociais de trabalho;
- d) Possibilitar os jovens a tomarem ciência das políticas públicas;
- e) Incentivar a inserção da juventude nas organizações sociais e políticas existentes nos territórios;



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

f) O estudo da questão da produção e dos mercados (comercialização).

Pelas análises quantitativas e qualitativas realizadas, pode-se afirmar que as ações e projetos da equipe têm ajudado as lideranças a atuarem de forma qualificada na transformação da realidade da juventude nos territórios de forma consciente.

Assim, nossos esforços tem se direcionado para que os/as jovens possam ser os “atores, atrizes e verdadeiros/as sujeitos/as da ação”. Sabemos também que a pedagogia e os métodos utilizados ainda precisam, podem e devem continuar sendo ajustados e construídos ao longo das experiências vivenciadas.



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

ANEXOS



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Nome da Atividade	Quantidade Prevista	Quantidade Realizada	Média de Participantes
Encontro Microrregional de Planejamento	02	30	42
Encontro Microrregional de Avaliação	01	30	30
Reunião de Planejamento e Monitoramento das ações com as comissões executivas municipais	28	3	75
Capacitação com as Comissões Executivas Municipais	02	20	40
Curso de capacitação em GRH para as famílias contempladas com as cisternas.	68	30	2040
Recapacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos	06	30	180
Capacitação com os jovens do coletivo para serem multiplicadores dos cursos de GRH	01	50	50
Monitoramento de equipe	12	23	23
Oficinas com as mulheres sobre a pesquisa o impacto das cisternas	8	10	80
Visita de intercâmbio com as lideranças e agricultores que receberam as cisternas para produção.	4	20	80
Capacitação de pedreiros na técnica de construção de cisterna de consumo humano	01	11	11
Reuniões com as comunidades e CEM's para apresentar o Programa	100	40	400
Reunião com gestores públicos, secretários municipais, comissão municipal e para discutir cisternas nas escolas	6	8	8
Capacitação em GRH para educadores, gestores, coordenação escolar	13	10	130
Encontro Microrregional de Planejamento	02	30	42
Capacitação em GRH para educadores, gestores, coordenação escolar	13	13	10
Visita às comunidades para cadastrar e selecionar as famílias – Cisternas de Consumo Humano	2979	3228	25

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Ação	Nome da Atividade	Nº de atividades	Média de Participantes	T. de participantes
Fortalecimento da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura	Oficinas técnicas e de conteúdo em comunicação comunitária e Captação de recursos	05	15	15
	Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação	03	15	15
	Oficina de capacitação em captação de recursos	02	04	04
	Oficina para construção de projetos	01	04	04
	Oficina sobre economia solidária e desenvolvimento territorial	01	17	17
	Visitas de assessoria	08	05	05
	Reuniões de produção de pautas/peças de comunicação	06	05	05
Fortalecimento da comunicação de entidades regionais do movimento social	Reunião de planejamento de comunicação com a diretoria do Codes Sisal	05	09	09
	Visitas de assessoria aos Codes Jacuípe	02	04	04
Estimular o debate territorial da democratização da comunicação	Reuniões do Comitê Regional pela Democratização da Comunicação	03	10	10
	Seminário Regional de Comunicação	01	120	120
Capacitação de educadores do campo e jovens comunicadores em educomunicação	Encontros de planejamento, monitoramento e avaliação final	03	40	40
	Oficinas municipais sobre educomunicação com educadores do campo	08	10	80
	Oficinas regionais com jovens comunicadores sobre educomunicação e direito das crianças e adolescentes	12	20	20
	Encontros de intercâmbio entre jovens comunicadores e educadores do campo sobre educomunicação	02	40	40
	Oficinas regionais com educadores do campo	03	20	20
	Oficinas municipais para produção de peças de comunicação com participação de crianças, adolescentes e educadores	10	15	150
	Visitas locais de monitoramento e assessoria nas escolas municipais	30	05	05



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nome da Atividade	Quantidade Realizada	Média de participantes
Seminários com Secretários de Educação	03	22
Encontro de Formação de Equipes Pedagógicas (Coordenações Municipais de Educação do Campo – CAT)	04	52
Encontros Intermunicipais para Planejamento da Unidade – construção Ficha Pedagógica – CAT	04	160
Reuniões da Equipe de Assessoria do CAT (MOC-UEFS)	10	10
Encontro de Formação do Projeto Baú de Leitura (municípios mais antigos com o projeto)	05	35
Encontros de Formação com Coordenadores do Baú de Leitura (municípios novos que iniciaram em 2010)	03	50
Oficinas de Sensibilizações para o Projeto Baú de Leitura com professores de municípios mais antigos no Projeto	05	175 (média de 35 por turma)
Oficinas de Aprofundamento da Metodologia do Projeto Baú de Leitura com professores de municípios mais antigos	10	400 (média de 40 pessoas por curso)
Oficinas de Sensibilização para o Projeto Baú de Leitura com municípios novos que iniciaram o Projeto em 2010	17	525
Oficinas de Aprofundamento da Metodologia do Projeto Baú de Leitura com novos municípios que iniciaram o Projeto em 2010	15	525
Encontros de Avaliação da Prática do Projeto Baú de Leitura com professores do campo – Projeto CAT	07	245
Seminário de Sensibilização de Gestores Públicos para Leitura Prazerosa	01	51
Reuniões Municipais com representantes da sociedade civil	16	160
Seminários Regionais com a Sociedade Civil	04	120
Encontros Territórios de Educação do Campo	03	220
Cursos de Conselheiros de Educação	03	90
Oficinas com Diretores para gestão escolar participativa	02	87
Seminários e Cursos de Formação com Conselheiros de Alimentação Escolar sobre Políticas Públicas de Segurança Alimentar	04	120
Oficinas Municipais com Professores sobre Agroecologia e outras temáticas	06	240
Oficinas Municipais sobre aprofundamento da metodologia do Projeto CAT	05	230
Dias Lúdicos nas comunidades e coletas de Mensagens com crianças	56	850
Reuniões dos GT de Educação dos CODES	10	20
Reuniões nas comunidades com famílias e crianças do Projeto Parceiros por um Sertão Justo	54	500
Seminário sobre Currículo Contextualizado	01	40
Visitas aos municípios (escolas e secretarias)	36	62
Seminário de Avaliação Final das Ações Socio-educacionais do campo	01	90
Reuniões de Avaliações externas dos resultados e impactos dos projetos	04	60
Aquisição, arrumação e entrega de Baús de Leituras aos Municípios Novos que iniciaram o Projeto em 2010	242	242
Participação em Fóruns e Redes	12	30
Participação em Eventos Nacionais de Educação	16	03
Encontros Intermunicipais para estudos do Projeto Baú de Leitura	19	518
Visita com gestores a municípios para implantaram o Baú de Leitura nos municípios novos	08	32
Reuniões de Equipe do Programa	18	06

ABRANGÊNCIA DO CAT EM 2010

MUNICÍPIOS	Nº de professores	Nº de comunidades atingidas	Nº de escolas	Nº de diretores	Nº de alunos	Nº de coordenadores municipais	Representantes da sociedade civil
ARACI	60	33	28	12	1858	1	1
BAIXA GRANDE	40	19	19	3	824	3	1
BARROCAS	23	7	7	6	426	3	0
CANSANÇÃO	200	56	56	10	3974	2	0
CAPIM GROSSO	20	3	3	3	443	3	0
CONC.DO COITÉ	75	54	54	25	1927	3	1
ICHU	22	6	6	6	245	3	0
ITIÚBA	51	9	21	6	1709	4	0
LAMARÃO	26	13	14	4	602	2	0
MAIRI	34	21	21	2	646	5	1
MONTE SANTO	370	138	84	62	7.367	3	0
NORDESTINA	54	15	19	7	1.432	1	2
NOVA FÁTIMA	11	8	8	2	108	1	1
PINTADAS	15	7	7	4	233	1	1
QUEIMADAS	34	6	11	4	580	1	1
QUIJINGUE	135	64	64	9	4157	17	2
RETIROLÂNDIA	30	15	15	3	559	1	1
RIACHÃO DO JACUIPE	34	23	23	8	671	2	1
SANTA LUZ	23	19	19	5	607	2	0
SÃO DOMINGOS	8	4	4	4	187	1	0
SERRINHA	23	11	11	11	334	2	0
VALENTE	23	15	15	13	385	2	1
TOTAL	1311	546	509	209	29274	63	14



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Sub-programa	Ações	Atividades	Nºde atividades	Média de participantes	T. de participantes
Assistência Técnica e Extensão Rural	Fortalecer as organizações para monitorar e qualificar a ATER nos territórios através da Reparte	Reuniões com entidade parceira município	22	05	110
		Encontro regional de monitoramento com a equipe de ATER, jovens multiplicadores e dirigentes das organizações locais	04	25	100
		Intercâmbio experiência exitosa	04	25	100
		Oficinas sobre planejamento da propriedade	04	20	80
		Oficina sobre manejo de Caprinos	04	20	80
		Intercâmbio para troca de saberes entre famílias e grupos com base na agroecologia e segurança alimentar	02	30	60
		Cisterna com canteiros e sistema de irrigação econômico, telados e insumos	13	13	13
		Capacitação das famílias para convivência com Semiárido	09	30	270
		Curso de formação em agroecologia	01	20	20
		Limpezas de aguadas	26	26	26
		Barreiro Trincheira 80 horas	03	03	03
		Barreiro Trincheira 30 horas	06	06	06
	Unidade de armazenamento de alimentação animal	04	04	04	
	Apoiar e assessorar os jovens experimentadores e multiplicadores nas ações agroecológicas nas propriedades e comunidades.	Intercâmbio experiência exitosa	03	26	79
		Curso de qualificação de agricultoras/ES	01	20	20
		Reunião de monitoramento do projeto	36	5	180
		Capacitação das famílias para convivência com Semiárido	07	30	210
		Construção d barragem subterrânea	01	01	01
	Implementar propriedades com foco de estocagem de alimento humano e animal, água e SAFs.	Dia de campo sobre reserva estratégica de alimentos	02	25	50
		Intercâmbios a experiências exitosas em agroecologia (ênfase na ovinocaprinocultura)	04	25	100
		Cisterna com canteiros e sistema de irrigação econômico, telados e insumos	04	04	04
		Capacitação das famílias para convivência com Semiárido	10	30	300
		Limpezas de aguadas	04	04	04
		Barreiro Trincheira 80 horas	01	01	01
		Barreiro Trincheira 30 horas	02	02	02
		Intercâmbio experiência exitosa	04	25	100
		Curso de qualificação de agricultoras/es.	06	30	180
		Oficina sobre manejo de Caprinos	04	25	100
	Assessorar as comunidades nos processos comunitários de transição agroecológicas.	Intercâmbio experiência exitosa	05	30	150
		Curso de qualificação de agricultoras/es	07	25	175
		Reuniões com entidade parceira município	21	05	105

Sub-programa	Ações	Nº Atividades	Nº Atividades	Média de Participantes	T. de Participantes
Acesso à Mercados	Contribuir para o fortalecimento da ARCO Sertão e Rede Produtora da Bahia e de seus filiados, visando a melhoria na sua organização social, política e econômica.	Seminário de apresentação do Projeto Mãos que Trabalham	01	30	30
		Reunião do Coletivo da RPB para elaboração, monitorar e avaliar o Plano de Ação da entidade	03	30	30
		Reuniões mensais da coordenação colegiada da Rede de Produtora da Bahia para planejar, monitorar e avaliar as ações.	10	30	50
		Oficinas da jornada formativa das jovens lideranças femininas	02	20	20
		Encontro de monitoramento das ações do PMT	02	30	30
		Oficinas locais para construção dos planos de ações dos grupos produtivos de mulheres rurais	11	165	165
		Reuniões territoriais de avaliação do projeto	01	30	30
		Visitas técnicas aos EES para elaboração e acompanhamento de projetos (orientação para documentações necessárias, crédito PRONAF e comercialização PAA) – Arco Sertão	20	450	450
		Visitas comunitárias para elaborar, monitorar e avaliar os planos de ações dos grupos de produção	50	300	300
		Encontros municipais para elaborar, monitorar e avaliar os planos de ações dos grupos de produção	10	200	200
		Oficinas locais para avaliação do plano de ações dos empreendimentos	14	210	210
		Visitas de acompanhamento técnico – Arco Sertão	40	450	450
		Reunião de monitoramento com colegiado dos EES – Arco Sertão	03	30	30
		Incentivar e capacitar os EES da Agricultura Familiar para estruturar as cadeias produtivas com foco na agro ecologia (mel, carne, mandioca e fibras e palha)	Oficinas regionais sobre qualificação da produção – ARCO Sertão	06	20
	Cursos regionais sobre qualificação da produção e desenvolvimento de novos produtos;		05	20	100
	Visitas para assessoria técnica aos grupos de produção		50	15	300
	Consultoria para elaboração projeto gráfica e impressão do catálogo, folder...		01	-	-
	Seminários Regionais sobre Certificação da Produção;		02	30	30
	Seminário regional sobre políticas de crédito e documentação		01	30	30
	Seminários Regionais sobre avaliação do projeto		01	30	30
	Intercâmbios inter-municipais entre grupos visando troca de experiências sobre processos e práticas agroecológicas		10	20	200
	Feira Regional de Comercio Justo e Solidário		01	100	100
	Assessorar e apoiar os EES para a inserção dos produtos nos mercados;		Oficinas regionais para elaboração, monitoramento e avaliação do plano de ação da RPB e seus EES filiados;	01	30
		Dias de campos comunitários sobre quintais produtivos agroecológicos;	36	20	720
		Oficinas regionais para elaboração e monitoramento do Plano de Negócios da RPB;	02	30	30
		Oficinas regionais para elaboração do Plano de Comunicação e Marketing da RPB	01	30	30
		Registro da marca	01	-	-
		Filiação e semestralidade dos códigos de barra	01	-	-
		Cursos municipais sobre atendimento ao cliente e comercialização	10	20	200
		Apoio para funcionamento/manutenção do espaço de comercialização	12	-	-
		Encontros municipais sobre políticas públicas de apoio a produção e comercialização (PRONAF PAA)	10	45	450
		Doação de capital inicial do fundo rotativo solidário;	1	-	-
Sistematizar experiências dos EES.	Reunião ampliada (equipe/MOC, organizações parceiras e jovens lideranças) para construir o desenho da sistematização.	1	30	30	
	Reunião de estudo sobre a sistematização com as mulheres rurais e as jovens lideranças femininas	1	30	30	



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Sub-programa	Ações	Atividades	Número de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Desenvolvimento Territorial	Fortalecimento da Coordenação Estadual de Territórios para articulação de políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural sustentável	Encontro Estadual de Dirigentes de Colegiados Territoriais	5	70	350
		Encontro Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia	2	80	160
		Reunião da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia	6	10	60
	Assessoria e acompanhamento técnico voltada para qualificação do processo de planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas promotoras do desenvolvimento sustentável, com acompanhamento e monitoramento mais específico nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe	Oficina Territorial sobre Planejamento do Desenvolvimento Territorial	3	40	120
		Oficina Territorial de Construção Participativa de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	4	40	160
		Oficina Territorial de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	3	40	120
		Reunião Territorial de Planejamento e Monitoramento de Atividades	5	15	75
		Jornada de Apoio aos Colegiados Territoriais	20	10	50
		Jornada de Articulação e Planejamento de Políticas Públicas	10	10	100
		Encontro Estadual de Monitoramento com Articuladores Territoriais	4	30	30
		Publicação de material sobre Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	3	0	00
		Assessoria Técnica a Eventos de Formação nos Territórios Rurais	10	0	00
		Curso de Formação sobre Elaboração Participativa dos Planos Territoriais de desenvolvimento Sustentável	01	75	75
	Assessoria técnica ao processo de elaboração a gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (articulador/a territorial)	4	0	00	
	Assessoria e acompanhamento técnico voltado para a elaboração, implementação e monitoramento de ações dinamizadoras das economias territoriais e políticas setoriais de promoção de desenvolvimento sustentável	Elaboração de Plano Safra Territorial	02	01	40
		Assessoria Técnica para Qualificação de Planos Safras Territoriais	02	01	40
		Elaboração de Estudos de Potencialidades Econômicas	01	00	00

PROGRAMA DE GÊNERO

Linhas de ação	Ações estratégicas	Atividades	Nº de atividades	Média de Participantes	T. de Participantes
Fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas; & Transversalidade de gênero junto aos programas e projetos do MOC e seus públicos de atuação.	Formação política de lideranças femininas, monitoramento e avaliação das ações implementadas junto às organizações de Mulheres.	Oficina sobre políticas públicas e participação social.	01	50	50
		Capacitação sobre políticas públicas de crédito e documentação para mulheres rurais.	01	50	50
		Oficinas de jornada formativa das jovens lideranças femininas (políticas públicas de comercialização PAA/PNAE, elaboração de projetos, Educação popular e metodologia participativa);	03	20	20
		Oficinas para sistematização do impacto da cisterna na vida das mulheres.	07	15	105
	Assessoria, monitoramento e avaliação das ações propostas e implementadas pelas organizações locais de mulheres na perspectiva do seu empoderamento.	Reuniões bimensais da Coordenação do Movimento de Mulheres da Região Semiárida da Bahia.	02	20	28
		Reuniões dos MMTRs municipais para elaborar, monitorar e avaliar o plano de ação das organizações.	10	15	150
Articulação e mobilização em prol do fortalecimento do Fórum de Mulheres do Semiárido da	Reunião do Fórum das Organizações de Mulheres da Região da Semi-Árida da Bahia.	02	20	35	

A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

	Bahia. Articulação das organizações de mulheres com outros atores sociais na construção e negociação de políticas públicas.	Apoio para participação em espaços estratégicos de construção e controle social das políticas públicas.	01	50	50
	Formação de multiplicadoras locais e comunicadores/as sociais sobre as políticas de prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher.	Seminários regionais de apresentação, discussão, monitoramento e avaliação do projeto;	02	50	68
		Jornadas formativas Regionais sobre conceituação de gênero e Violência, Lei Maria da Penha e mecanismo de enfrentamento a violência contra a mulher e participação;	03	45	135
		Jornadas formativas municipais sobre Conceituação de Gênero e Violência, Lei Maria da Penha e Mecanismos de Enfrentamento a Violência contra a Mulher	13	30	390
		Intercâmbio interestadual para conhecer experiência de Rede de Atendimento a Mulher Vítima da Violência;	01	45	45
		Produção de boletim informativo sobre as experiências das mulheres sertanejas na luta pela prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher.	1.000	-	-



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PROGRAMA DE JUVENTUDE

Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	T. de participantes
O apoio e fortalecimento das organizações, entidades e movimentos sociais envolvidos em parcerias para o desenvolvimento de ações de/com juventude	Apoiamos os Coletivos de Jovens dos Municípios na estruturação de suas coordenações e na construção de seus planejamentos	18	15	270
	Visita á família intregante da turma 1ª turma do Programa de Empreendedorismo do Jovem	36	3	108
	Encontro microrregional para seleções dos jovens do Programa de Empreendedorismo do Jovem	3	30	90
	Encontros municipais para apresentação do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (Araci, Serrinha, Coité, Araci, Santa Luz e Retirolândia)	6	20	120
	Apoio a secretaria de jovens do município de Nordestina e Cansanção no desenvolvimento da suas ações de/ com juventude	3	15	45
	Organização da semana social da juventude em Cansanção	1	15	15
	Oficinas formativas	12	20	240
	Encontros microrregionais de monitoramento dos trabalhos locais do núcleo central	15	10	100
Apoio aos coletivos municipais na inserção de emendas nos orçamentos públicos de 25 municípios destes territórios	25	15	375	
Mobilização de organizações para participar das ações da REDE JOVEM RURAL (Jornada Nacional da Juventude Rural, Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira, Câmara da Juventude Rural e Vivência Profissional.	Reuniões da rede Jovens rurais	3	6	18
	Viagem de troca de experiência a visita centro de desenvolvimento do jovens rural em Santa Catarina	1	15	15
	Participação em quatro etapa da vivencia profissional para educadores da rede Jovens Rural (Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná E Espírito Santos)	03	04	12
	Reuniões com entidades empreendimento juvenis para articulações no III Intercâmbio Nacional da Juventude Rural Brasileira	12	20	240

GLOSSÁRIO

- AMAC** – AGÊNCIA MANDACARU DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
- ABRAÇO SISAL** - ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOS E TVS COMUNITÁRIAS DO TERRITÓRIO DO SISAL
- APLB** – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
- ASA BRASIL** – ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO
- ASCOOB** – ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO A ECONOMIA FAMILIAR
- ATER**– ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
- CAE** – CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
- CAT** – CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR A REALIDADE DO CAMPO
- CEM** – COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS
- CESE** – COORDENAÇÃO ECUMENICA DE SERVIÇOS
- CMDCA** – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- CME** – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- CODES JACUIPE** - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUIPE
- COGEFUR** - CONSELHO GESTOR DO FUNDO ROTATIVO
- ARCO SERTÃO** - AGÊNCIA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO SERTÃO DA BAHIA
- CONTAG** – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA
- EES**– EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
- FATRES** - FUNDAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SISALEIRA
- FEEC** – FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
- FIA** – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
- FNDE** – FUNDO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
- INGÁ** – INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E CLIMA
- MDA** – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
- FUNDEB** - FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- MMTR** – MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
- P1+2** – PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS
- P1MC** – PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS
- PAA** – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
- PASA** – PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR
- PBL** – PROJETO BAÚ DE LEITURA
- PEJR** – PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO JUVENIL
- PETI** – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
- PFAF** –PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PPA – PLANO PLURIANUAL
PPPS– PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS
REPARTE – REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARCEIROS DA TERRA
RESAB – REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO
RPB– REDE DE PRODUTORAS DA BAHIA
SEDES – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À POBREZA
SGD – SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
STR – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
UCME – UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

RECURSOS FINANCEIROS

Fontes de Recursos Locais/Nacionais
• AP1MC
• BANCO DO NORDESTE
• MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
• PETROBRAS
• PNUD/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
• SEBRAE
• SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA
• SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
• CAR
• SEDES
• ACTION AID
• INSTITUTO SOUZA CRUZ
• UNICEF
Fontes de Recursos do Exterior
• DISOP – Bélgica
• HEIFER – Argentina
• ICEP – Áustria
• OMICRON – Áustria
• PÃO PARA O MUNDO – Alemanha
• PFIZER - UNITED WAY – Estados Unidos



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

EQUIPE

DIRETORIA

A Diretoria eleita em abril de 2009 para o Biênio de 2009 – 2011 foi a seguinte:

A- Diretoria efetiva

Diretor Presidente: José Jerônimo de Moraes
Diretor Técnico: Clóvis Ramos Lima (Falecido em setembro de 2010)
Diretor Técnico: Albertino Carneiro (Eleito em dezembro de 2010)
Diretor Administrativo: João Batista de Cerqueira
Diretor Financeiro: João Dias de Araújo
Diretor de Relações Públicas: Marineide Dias dos Santos

B- Conselho Fiscal

Roberto Celso Lima Cavalcante
Antônio José Gonçalves Souza
Patrícia Ferreira Nascimento de Oliveira
Maria das Graças Araújo

Suplentes:

Tereza Rocha de Souza
Urbano Carvalho
Gilca da Silva Carneiro Moraes

C- Secretário Executivo

Naidison de Quintella Baptista

D- Coordenadora Pedagógica

Célia dos Santos Firmo

EQUIPE DE TRABALHO

A- Equipe Técnica Básica

Programa Água e Segurança Alimentar

Adrielle Souza Leão
Ana Glécia da Silva Almeida
Edmundo Luiz de Jesus
Érico de Santos Araújo
Gilberto Neto



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Gildo Carvalho Souza
Jobens Nascimento dos Santos
Jorge Gabriel de C Campos
José Eugênio de Souza
Josélio Jonas Carneiro Moreira
Juliana Almeida Sales Dias
Juliano Firmo Santiago
Jutaí Lima dos Santos
Kamilla Ferreira da Silva Santos
Rosiler dos Santos Silva
Sandra Souza Queiroz
Tamara da Silva Souza Nogueira

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Abimael Passos dos Santos
Ana Dalva Souza Santana
Ângela Maria Cerqueira das Virgens
Gisleide do Carmo Oliveira
João Francisco da Silva Netto
José Domingos Cavalcante Carvalho
José Ivamberg Ferreira Silva
Luiz Lisboa de Oliveira
Mariza Cerqueira das Virgens
Roberta Rastl-Kircher (Cooperante da Horizont 3000)
Wellington da Silva Oliveira
Wilza Oliveira de Almeida

Programa de Comunicação

Klaus Minihuber (Cooperante da Horizont 3000)
Daiane Almeida Ferreira
Lorena Amorim da Silva Moraes
Nayara Cunha da Silva
Rachel Pinto de Santana

Programa de Educação do Campo

Bernadete Carneiro
Cleonice dos Santos Oliveira
Francisca Maria Carneiro Baptista
Michelle Rios Lopes
Rita de Cássia Cerqueira dos Santos
Vera Maria Oliveira Carneiro
Zhara Leite Souza



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Programa de Gênero

Maria Vandalva Lima de Jesus
Selma Glória de Jesus

Programa Juventude

Givaldo do Carmo Souza
Isabel de Almeida Santos

B – Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira
Alexandro Lima de Meireles
Darlan de Lima Torres
Dinalva Leite das Virgens Cerqueira
Donato da Silva
Edivânia Santos de Lima
Everaldo Leite das Virgens
Gilberto Carlos de Oliveira
Gilvan Rogério Vieira de Araújo
Gleide Dias de Almeida Cordeiro
Joaquim Kircher (Cooperante da Horizont 3000)
Luís dos Santos Silva
Luíz Silva Lima
Margarida Maria Pereira de Jesus
Maria das Graças Souza Bittencourt
Maria Jocerise de Souza
Maria Neuza Rios
Rosenice Alves de Souza
Rubemária dos Santos Costa
Sandra Regina Alves Vergne de Moraes
Soraia Jane Rios Carvalho
Tarciane Rios de Oliveira



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

FICHA TÉCNICA

Equipe de Elaboração dos textos:

Apresentação:

Naidison de Quintella Baptista

Programa Água e Segurança Alimentar:

Kamilla Ferreira da Silva Santos

Rosiler dos Santos Silva

Programa de Comunicação:

Daiane Almeida Ferreira

Lorena Amorim da Silva Morais

Nayara Cunha da Silva

Rachel Pinto de Santana

Programa de Educação do Campo:

Bernadete Mariene Carneiro Santos

Michelle Rios Lopes

Vera Maria Oliveira Carneiro

Zhara Leite Souza

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar:

Ana Dalva Souza Santana

Gisleide do Carmo Oliveira

Ivan Leite Fontes

Programa de Gênero:

Maria Vandalva Lima de Jesus

Selma Glória de Jesus



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido

Programa de Juventude:

Givaldo do Carmo Souza

Isabel de Almeida Santos

Revisão dos textos:

Lorena Amorim da Silva Moraes

Naidison de Quintella Baptista

Sandra Regina Alves Vergne de Moraes

Fotos: Arquivo MOC

Diagramação:

Rachel Pinto de Santana

Feira de Santana, Bahia
2011



A Contribuição do MOC para a Convivência com o Semiárido